

Jovens Agricultores #117

Revista Trimestral JAN|FEV|MAR| 2019 | Distribuição Gratuita

Associação dos Jovens Agricultores de Portugal

Diretor: Eduardo Almendra



JA – JOVENS AGRICULTORES

JER – JOVENS EMPRESÁRIOS RURAIS

Agricultores Portugueses, Espaço Rural e Agricultura

GRANDE ENTREVISTA com Luís Capoulas Santos

Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural

PRÉMIOS JOVENS TALENTOS AGRORURAIS

CICLO DE WORKSHOPS NAS ESCOLAS PROFISSIONAIS DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

SE ÉS FINALISTA DE QUALQUER CURSO DA TUA ESCOLA,
NÃO FALTES! ESTE WORKSHOP É PARA TI!

TEMAS A ABORDAR:

- SER JA – JOVEM AGRICULTOR, DESAFIOS DA AGRICULTURA
- SER JER – JOVEM EMPRESÁRIO RURAL, NOVOS DESAFIOS NO TERRITÓRIO
- NOÇÕES DE EMPREENDEDORISMO, OPORTUNIDADES E FINANCIAMENTOS
- COMO DEVES PROCEDER PARA SERES CANDIDATO AOS PRÉMIOS

1º prémio - 1500,00 €

2º prémio - 1000,00 €

3º prémio - 750,00 €

4º prémio - 500,00 €

5º prémio - Viagem a Bruxelas

6º prémio - Tablet

Há brindes para todos os participantes

Co-parceria:



Apoio:



4 EM FOCO

Novos Desafios, Novos Compromissos, por Firmino Cordeiro, Diretor Geral da AJAP

6 GRANDE ENTREVISTA

O Estatuto do Jovem Empresário Rural

«A nossa expectativa é que os jovens aproveitem bem este novo instrumento e que a própria AJAP o divulgue e ajude a implementá-lo, para que tenhamos cada vez mais jovens integrados nesta medida e a beneficiar dos apoios que dela decorrem, contribuindo para ajudar a equilibrar o território», por Luís Capoulas Santos, Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural

8 OPINIÃO

O que é preciso para gerar uma nova dinâmica nos Espaços Rurais?, por Vânia Rosa, Diretora Executiva da EY-Augusto Mateus & Associados

10 DOSSIER CENTRAL

JER – Jovem Empresário Rural: Uma nova dinâmica para os Espaços Rurais

- 12 «Acreditamos que estamos no caminho de dar prioridade às questões do interior e a criação do JER é mais um sinal nesse sentido», por Miguel Freitas, Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural
- 15 «O Crédito Agrícola tem sido um grande defensor da regulação do JER – Jovem Empresário Rural, porque pensamos e preocupamo-nos com a diminuição das assimetrias das regiões», por Licínio Pina, Presidente do Conselho de Administração Executivo da Caixa Central de Crédito Agrícola
- 16 «O novo estatuto do Jovem Empresário Rural é uma medida interessante que pode contribuir para a dinamização sócio económica dos territórios rurais», por Maria João Botelho, Presidente da Federação MINHA TERRA
- 18 «O JER pode contribuir para que as áreas rurais encontrem uma figura mobilizadora junto dos jovens, trazendo novos atrativos e reforçando os existentes», por Luís Saldanha, Presidente da Confederação Nacional dos Jovens Agricultores e do Desenvolvimento Rural
- 19 «A criação do JER pode, se efetivamente vier acompanhada de apoios e critérios que beneficiem não só a figura, mas também as regiões desfavorecidas, favorecer regiões como a nossa», por Eduardo Tavares, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Alfândega da Fé
- 20 «Deseja-se que o JER possa vir a produzir os efeitos de que tanto dependemos, nomeadamente que permita a discriminação positiva, por forma a que os jovens empresários sintam, em termos efetivos, ser compensador estar no interior», por Carlos Silva Santiago, Presidente da Câmara Municipal de Sernancelhe
- 22 «O JER funcionará como uma alavanca ao nível socioeconómico e de valorização do património e dos produtos do concelho», por Álvaro Amaro, Presidente da Câmara Municipal da Guarda
- 23 «A figura do Jovem Empresário Rural poderá ajudar novos empreendedores a investir em territórios de baixa densidade, os quais terão cada vez mais uma importância estruturante no futuro do país e do mundo», por Armindo Jacinto, Presidente da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova
- 25 «O Jovem Empresário Rural pode contribuir para a fixação de jovens empreendedores, inovadores e com visão de futuro, no Espaço Rural», por Álvaro Azedo, Presidente da Câmara Municipal de Moura
- 26 «Reunimos um conjunto interessante de fatores de atratividade para a instalação do JER», por Osvaldo Santos, Presidente da Câmara Municipal de Alcoutim
- ## 28 ATUALIDADE
- Maputo recebeu o Debate ao Almoço Qualidade e Competitividade Agroalimentar
 - Ajap regressa ao Rio de Janeiro com o Debate ao Almoço Qualidade e Competitividade Agroalimentar e com a participação na Super Rio Expofood
- ## 33 AJAP SOU EU
- Melhorar o futuro agrícola em Moçambique
- ## 34 PARCERIAS INTERNACIONAIS
- AMANGOLA – A União das Associações Locais de Angola ao Serviço da Comunidade



NOVOS DESAFIOS, NOVOS COMPROMISSOS

por Firmino Cordeiro, Diretor Geral da AJAP

A AJAP reinventa-se e renasce sempre que é necessário e urgente defender acerrimamente os jovens agricultores, os agricultores e o espaço rural português.

Tendo sempre presente o nosso contacto com os parceiros europeus através do CEJA – Conselho Europeu de Jovens Agricultores, o foco atual está na evolução das negociações para o período pós 2020, bem como no papel e contributo em que podemos ser úteis e colaborar com os países da CPLP.

A nossa presença física em território nacional é para além da ligação às 80 ERP(s) – Entidades Recetoras Protocoladas distribuídas pelo país, assegurado por mais de 80% dos nossos técnicos (são mais de trinta), que trabalham em permanência nas diferentes regiões. O país está melhor é certo, mas ainda tem problemas estruturais que se tornam cada vez mais delicados com as alterações climáticas, mais frequentes e marcantes para a atividade agrícola, florestal e pecuária. Os resultados em muitas regiões são bem visíveis, abandono, desertificação, ausência de jovens e incêndios.

Torna-se evidente que é necessário modernizar, reinventar e inovar nas atividades desenvolvidas. A AJAP

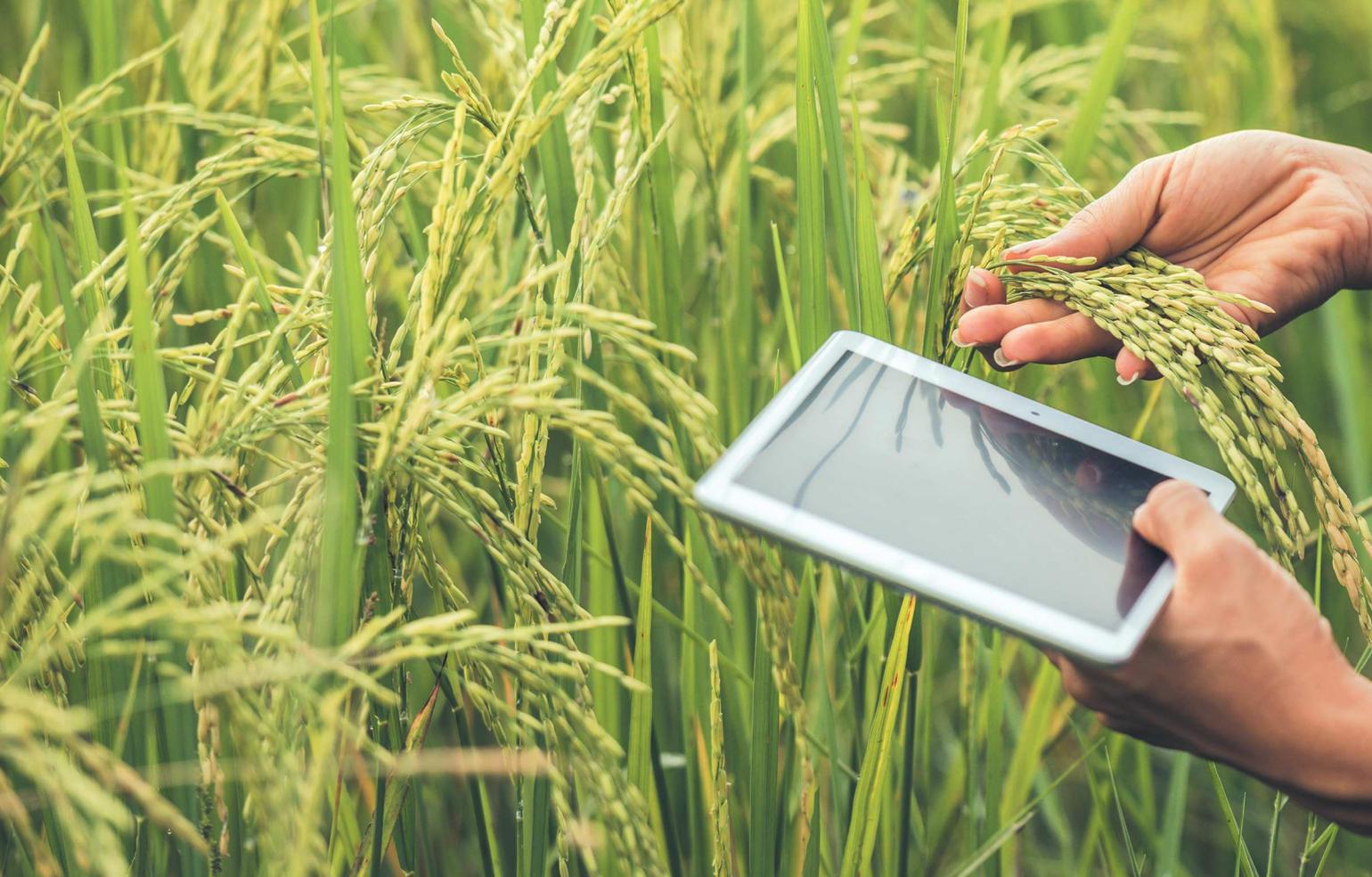
lutou praticamente 10 anos pelo reconhecimento público de uma nova figura, o JER – Jovem Empresário Rural, já devidamente inserida na nossa base de atuação estatutária, pois cedo percebeu a necessidade de criar algo novo e diferente, complementar dos Jovens Agricultores, mas mais ambicioso nos propósitos.

A figura institucionalmente surgiu, felicitámos o Governo e o Ministro da Agricultura, e ficará para a história, que o seu surgimento não foi por mero acaso, nasceu na AJAP, porque a AJAP tem os pés bem assentes no país, e luta (nem que dure décadas) pelas suas convicções.

São necessárias novas atividades complementares ao complexo agroflorestal, capazes de dinamizar as economias mais débeis ao longo das diferentes regiões rurais. Como referem os Presidentes dos Municípios da Guarda e de Idanha-A-Nova, respetivamente, *“Tem de existir coragem política para implementar soluções diferentes para problemas semelhantes. O país não é igual e a igualdade de oportunidades é diferente”*, e, *“O JER poderá ajudar novos empreendedores a investir em territórios de baixa densidade, os quais terão cada vez mais, uma importância estruturante no futuro do país e do mundo”*.

Hoje, na AJAP somos Jovens Agricultores, muitos agricultores e já somos Jovens Empresários Rurais. Defendemos a agricultura produtivista e a exportadora, mas não abdicamos das zonas de menor aptidão e de minifúndio, que necessitam ser majoradas nos apoios e com mais incentivo ao investimento, para que possam renascer e reinventar-se sob pena de se perder ainda mais *“vida”* a cada quadro comunitário que passa. Parte dos apoios assenta no estímulo e promoção precisamente dessas regiões, mas infelizmente pouco se tem refletido nos resultados na avaliação de cada QCA que termina. Estas preocupações são reais no país, como é real a tentativa de encontrar soluções para os seus problemas, a AJAP vê o país como um todo, e as políticas devem ser íntegras e integradoras, apesar das diferenças territoriais.

É de lamentar ver políticos que a troco de não perderem o seu espaço europeu, arrastam organizações de agricultores para a esquerda e para a direita, no intuito de manter as suas bases de apoio, mesmo sabendo que estão a semear no país ervas daninhas, que dificilmente o polémico glifosato pode atenuar.



“São necessárias novas atividades complementares ao complexo agroflorestal, capazes de dinamizar as economias mais débeis ao longo das diferentes regiões rurais.”

Esta edição da revista pretende fazer alguma futurologia acerca do JER, evidencia a forte ligação da AJAP a Moçambique e também a Angola e projeta os próximos meses de tra-

balho árduo que temos pela frente. Estaremos envolvidos no ciclo de “Fóruns de Modernização da Agricultura” do Crédito Agrícola, outros na região Norte do país, associado aos Territórios de Baixa Densidade, em parceria com o Crédito Agrícola e outros parceiros vamos divulgar e impulsionar as figuras, JA - Jovem Agricultor e do JER - Jovem Empresário Rural, junto das 18 Escolas Profissionais de Agricultura, com a atribuição de prémios às melhores iniciativas juvenis.

A agricultura e os agricultores, os Jovens Agricultores e os Jovens Empresários Rurais, a defesa do espaço rural e a ligação cada vez maior aos países da CPLP, fazem da AJAP uma organização que cresce todos os anos, que se reinventa, que renasce, que está atenta aos grandes e aos pequenos e acredita que pode dar saltos seguros e creditícios no panorama nacional, europeu e noutros continentes.

Estes são os novos desafios e os novos compromissos da AJAP.

Ficha Técnica

Propriedade e Edição AJAP-Associação dos Jovens Agricultores de Portugal | Rua D. Pedro V, 108, 2º - 1269-128 Lisboa

Direção Eduardo Almendra **Coordenação Editorial** Carolina Sousa

Redação AJAP-Associação dos Jovens Agricultores de Portugal | Rua D. Pedro V, 108, 2º - 1269-128 Lisboa

Secretariado Olga Leitão **Departamento Comercial** Carolina Sousa | comunicacao@ajap.pt

Paginação Miguel Inácio **Impressão** GMT Gráficos Lda | Rua João de Deus, 5-C, Venda Nova - 2700-486 Amadora

Depósito Legal n.º 78606/94 **Registo de Título** n.º 116714 **NIPC:** 501396934

Tiragem 10 000 Exemplares **Periodicidade** Trimestral

E-mail comunicacao@ajap.pt **URL** www.ajap.pt

Distribuição Gratuita

Estatuto Editorial consulte em www.ajap.pt

Com o apoio



GRANDE ENTREVISTA

O ESTATUTO DO JOVEM EMPRESÁRIO RURAL



«A nossa expectativa é que os jovens aproveitem bem este novo instrumento e que a própria AJAP o divulgue e ajude a implementá-lo, para que tenhamos cada vez mais jovens integrados nesta medida e a beneficiar dos apoios que dela decorrem, contribuindo para ajudar a equilibrar o território», por Luís Capoulas Santos, Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural

“O Governo não deixará de fazer a sua parte para que este estatuto constitua efetivamente um instrumento atrativo para os diversos ramos de atividade. Pretendemos fomentar a diversificação da atividade económica nas zonas rurais.”

Em sua opinião qual a importância do reconhecimento da figura JER – Jovem Empresário Rural para a mitigação dos problemas do interior do país, como a desertificação, o abandono e a diminuição da população ativa?

O caminho para inverter a tendência de abandono do interior passa pela adoção de medidas de atração de jovens para esses territórios, razão pela qual o Governo criou o estatuto do Jovem Empresário Rural, uma

medida integrada no Programa Nacional para a Coesão Territorial, que consta do Programa do Governo. No caso do setor agrícola, a discriminação positiva no acesso aos apoios é talvez a forma mais direta de atingirmos o objetivo de atrair jovens para os territórios do interior. Já temos o estatuto do Jovem Agricultor, com apoios exclusivamente direcionados para uma faixa etária que vai até aos 40 anos de idade, mas considerámos que era necessário ir mais além.

Foi por isso que avançámos para o estatuto do Jovem Empresário Rural, que constitui um incentivo ao empreendedorismo mais abrangente, dando aos jovens novos instrumentos para que se possam instalar em espaços rurais, em atividades diversas, que diversifiquem a base económica regional e potenciem a criação de emprego, fixando população jovem nestas zonas. É um

estatuto que contempla medidas de carácter facilitador e outras iniciativas específicas, disponibilizadas pelos vários instrumentos de política de apoio, cujas entidades gestoras de programas ou iniciativas de apoio, nacionais ou da União Europeia, devem integrar e promover. Não quero ser exaustivo, mas gostaria de salientar aqui algumas dessas medidas, como é o caso da abertura de concursos ou de apoios específicos, das majorações na atribuição dos apoios, da criação de linhas de crédito específicas ou da criação de um regime específico de benefícios fiscais. São apoios muito relevantes para quem pretende instalar-se e começar uma atividade numa região do interior. Este estatuto é também um instrumento fundamental para a implementação de medidas no âmbito do futuro período de programação dos fundos europeus, para além dos que são direcionados para a Agricultura.

Que análise faz para o futuro dos territórios rurais nacionais, particularmente do interior, os designados “territórios de baixa densidade”?

Este estatuto constitui uma oportunidade para inverter a tendência de desertificação do interior do país, situação que, de resto, está já a verificar-se.

Estamos a apoiar a instalação de Jovens Agricultores através do Programa de Desenvolvimento Rural, onde já aprovámos cerca de 3 mil projetos, a que corresponde um investimento total superior a 800 milhões de euros, aos quais corresponde um apoio público de 425 milhões de euros. Estes projetos apresentam uma forte incidência territorial nas regiões do interior. Importa também salientar que a prioridade conferida a estas regiões levou à abertura de concursos específicos, no âmbito do Programa de Valorização do Interior. O mesmo acontece relativamente a outras medidas do PDR2020 e do programa VITIS.

Com o Estatuto do Jovem Empresário Rural, o nosso objetivo é ir mais longe, abrangendo outros setores de atividade e outras áreas governativas. Portanto, a nossa expectativa é que os jovens aproveitem bem este novo instrumento e que a própria AJAP o divulgue e ajude a implementá-lo, para que tenhamos cada vez mais jovens integrados nesta medida e a beneficiar dos apoios

que dela decorrem, contribuindo para ajudar a equilibrar o território.

Tendo o Governo a principal responsabilidade na regulamentação, atribuição de incentivos e alocação de meios financeiros, considera relevante a intervenção de vários fundos por forma a apoiar e promover a figura do JER?

Naturalmente. Tanto mais que algumas das medidas mais relevantes que decorrem do Estatuto do Jovem Empresário Rural estão associadas precisamente à discriminação positiva na atribuição de apoios públicos, como já referi. O Governo não deixará de fazer a sua parte para que este estatuto constitua efetivamente um instrumento atrativo para os diversos ramos de atividade. Pretendemos fomentar a diversificação da atividade económica nas zonas rurais.

Englobada nas medidas de apoio está a criação de um regime específico de benefícios fiscais para o Jovem Empresário Rural. É possível antever que tipo de benefícios, assim como isenções fiscais, poderão vir a ser contemplados em futuros Orçamentos do Estado?

A responsabilidade pela implementação das diversas medidas a incluir no estatuto é setorial. Neste caso concreto, trata-se de matéria da responsabilidade do Ministério das Finanças, sendo o momento próprio da sua apresentação, o da

discussão e aprovação do Orçamento do Estado.

Sendo o JER, um jovem que pretende iniciar o exercício de uma atividade económica em zona rural, em que atividades poderá ter mais sucesso nos territórios rurais?

Vivemos numa economia de mercado e de livre iniciativa, pelo que cabe ao setor privado analisar e definir as suas prioridades, em função das oportunidades e das condições existentes para as potenciar. Importa também analisar os regimes de incentivo em articulação com as condições de mercado. Ao Estado cabe definir o regime de incentivos e a regulação, à iniciativa privada, neste caso, aos Jovens Empresários Rurais, cabe fazer as melhores opções relativamente ao ramo de negócio em que se pretendem lançar.

Que apelo será necessário fazer para que os jovens invistam nestas regiões?

O melhor apelo é garantir a estabilidade política, uma governação eficaz e solidária, contas públicas certas, crescimento económico e consciência social. É de acordo com estes princípios que têm vindo a ser postas em execução medidas de discriminação positiva para os Jovens Agricultores, medidas que agora queremos alargar aos jovens empreendedores de outros setores de atividade.



O que é preciso para gerar uma nova dinâmica nos Espaços Rurais?, por Vânia Rosa, Diretora Executiva da EY-Augusto Mateus & Associados



Vânia Rosa, Diretora Executiva da EY- Augusto Mateus & Associados

A chave para se perspetivar um novo dinamismo para os espaços rurais em Portugal está na busca de soluções de dinamização e sustentabilidade para estes territórios e no empenho da política pública em considerar que os territórios urbanos e os territórios rurais exigem respostas ajustadas à sua realidade. As medidas dirigidas a uns e a outros territórios serão diferentes, e esse é um dos desafios a considerar: assumir coletivamente políticas proactivas de desenvolvimento dos territórios rurais, assentes na convicção de que o mundo rural é um espaço de oportunidade, de desenvolvimento, de criação de riqueza e de emprego, cuja afirmação se enquadra nas ambições de desenvolvimento do país.

O que não pode acontecer é a nossa demissão coletiva do objetivo de revitalizar o mundo rural em Portugal, justificando-o através de argumentos considerados inultrapassáveis, como sejam as mudanças na sociedade,

nos estilos de vida ou nos novos modelos de emprego e de criação de riqueza. Se existem argumentos que corroboram esse irrevogável definhamento do rural, existem outros que reforçam o potencial para a sua revitalização, como sejam as preocupações mundiais ligadas à preservação e sustentabilidade no uso dos recursos, às alterações climáticas, ou as próprias alterações nos estilos de vida que levam muitos consumidores a assumir mais preocupação com a saúde, a segurança alimentar e com a certificação biológica dos produtos que consomem.

Os grandes temas que enquadram esta questão permitem fazer quatro perguntas centrais na resposta aos desafios da revitalização do mundo rural em Portugal.

Em primeiro lugar, assentemos na ambição. Revitalizar o mundo rural em Portugal não significa tentar reproduzir o mundo rural de outrora, nem nos seus modelos residenciais nem nos seus métodos produtivos. Terá de significar, isso sim, a renovação inovadora e ambiciosa dos modelos de sustentabilidade e atratividade dos seus polos residenciais (vilas, pequenos aglomerados urbanos e até algumas cidades sede de concelho), pelo aprofundamento da valorização económica dos seus recursos naturais e patrimoniais, assente em princípios de utilização consciente desses recursos. A grande questão é, pois, como incentivar a valorização económica dos territórios rurais, numa base de promoção da inovação produtiva e da diversificação de ser-

viços e oferta produtiva em contexto rural. A figura do Jovem Empresário Rural pode vir a oferecer dimensão operacional a este desígnio, por conjugação de uma assumida vontade política, de uma necessária agilização operativa de procedimentos, e de uma identificação assertiva dos meios adequados à obtenção dos melhores resultados no rejuvenescimento e diversificação da base empresarial e de serviços em contexto rural.

Em segundo lugar, constate-se que a sociedade portuguesa vive atualmente um cenário de envelhecimento populacional generalizado, que nos territórios rurais é agravado por um fenómeno de desertificação populacional, económico, funcional e de serviços. Se o primeiro fenómeno pode estar implícito à evolução das sociedades modernas, já o segundo será uma tendência inerente à força centrífuga exercida pelos grandes centros urbanos e pela atratividade do seu estilo de vida, mas que as políticas públicas poderão atenuar e, mesmo, inverter. A grande questão é como podem as políticas públicas, assumindo que o queiram, promover eficazmente a captação e retenção populacional nos territórios rurais.

Em terceiro lugar, é preciso constatar também que a competição exercida pelos estilos de vida urbanos e pelas tendências mundiais que se alastram a todas as sociedades tende a ser encarada como incompatível com a vivência num contexto rural. Tendências como a digitalização e a cada vez

mais intensiva aplicação de meios tecnológicos ao contexto produtivo criaram este mito e têm vindo a ser apontadas como causas, entre outras, da desertificação do mundo rural. A grande questão é como desmistificar o entendimento consensualizado entre a sociedade e os nossos jovens de que o progresso é incompatível com a vivência num contexto rural ou que a sua afirmação pessoal e sucesso profissional exige a integração em contexto urbano.

Em quarto lugar, constatar que o rural não é todo igual, embora assim tenda a ser considerado. O mundo rural tem diferentes fatores de atratividade e de valorização económica, que partem, isso sim, de uma génese identitária comum que podemos chamar de património(s) rural(is). Não esqueçamos que são territórios rurais tanto os do capital natural (rios, florestas, serras), como os dedicados a atividades produtivas primárias (pesca, extração primária, agricultura, floresta de produção) como, ainda, aqueles que aprofundaram a sua base produtiva ligada ao setor primário e se afirmaram do ponto de vista industrial, comercial ou de serviços (núcleos populacionais ligados à transformação agroalimentar, ao turismo, à concentração de serviços de interesse público). A grande questão é diferenciar medidas dirigidas ao aproveitamento dos diferentes potenciais do mundo rural em Portugal, por diferentes agentes dinamizadores dessa mudança.

Perante isto, se nada se fizer coletivamente, o resultado será, porventura, a perda de uma oportunidade de revitalização económica dos territórios rurais em Portugal, sem que se beneficie do ciclo favorável de prioridades europeias que valorizam a inovação orientada para a sustenta-

bilidade dos territórios e do uso eficiente dos recursos. Este é, na minha opinião, um preço demasiado alto a pagar, porque nos obrigará coletivamente a reagir às consequências da deterioração e desinvestimento progressivo no nosso território rural (incêndios, degradação da paisagem, insegurança, perda das memórias e das tradições coletivas), sem que assumamos proactivamente uma aposta construtiva e inovadora de revitalização económica e social destes territórios.

Face às mudanças civilizacionais com que nos deparamos, este é o momento de Portugal agarrar a oportunidade de revitalização económica dos territórios rurais, preservando os traços de ruralidade e dinamizando simultaneamente um processo de povoamento e revitalização da base económico-social dos territórios rurais. Mais do que evitar os riscos associados à continuidade dos processos de desertificação rural a que assistimos, trata-se de antecipar uma postura proactiva, com a implementação de projetos-piloto de inovação orientada para a densificação populacional, funcional e produtiva dos territórios rurais.

Como se pode assumir esta aposta na revitalização económica e social dos territórios rurais? Retomo os desafios das questões que formulei anteriormente:

- É precisa uma assunção coletiva, política, de promoção ativa do desenvolvimento dos territórios rurais, assente na convicção de que o mundo rural é um espaço de oportunidade, de desenvolvimento, de criação de riqueza e de emprego, cuja afirmação se enquadra nas ambições de desenvolvimento do país;
- É preciso desmistificar o entendimento partilhado pela sociedade e pelos jovens de que o sucesso profissional e o reconhecimento pessoal são incompatíveis com a vivência num contexto rural. A figura do Jovem Empresário Rural poderá materializar em concreto este objetivo, criando incentivos ao empreendedorismo jovem em contexto rural, que demonstrem que é possível beneficiar do que é positivo no mundo rural e, simultaneamente, desenvolver um projeto profissional ambicioso, em atividades inovadoras, modernas e tecnologicamente intensivas;
- É preciso considerar as especificidades dos territórios rurais, reconhecer os mecanismos potenciais de valorização económica dos recursos endógenos, e garantir que as políticas públicas promovem eficazmente a captação e retenção populacional nos territórios rurais, através de medidas que coloquem o povoamento no centro das preocupações do ordenamento do território;
- É preciso diferenciar medidas dirigidas ao aproveitamento dos diferentes potenciais de valorização do mundo rural em Portugal, com tendencial aplicação de capacidade criativas, de conhecimento e dinâmicas culturais e turísticas aos diversos patrimónios rurais, geradoras do aumento da concentração de pessoas, de uma maior oferta de emprego e de funções estruturantes da qualidade de vida e conforto dessas populações (industriais, comerciais, de serviços, de turismo).



DOSSIER CENTRAL

JER - JOVEM EMPRESÁRIO RURAL: UMA NOVA DINÂMICA PARA OS ESPAÇOS RURAIS



Nos últimos dez anos a AJAP desenvolveu um intenso trabalho em torno do conceito do JER – Jovem Empresário Rural, defendendo a importância e o potencial desta figura. O estatuto de Jovem Empresário Rural, nasceu da necessidade de se inverter o fenómeno de desertificação do Espaço Rural e da luta constante da AJAP para que os Jovens que desenvolvem, ou queiram desenvolver, atividades nesse espaço, sejam reconhecidos como agentes fundamentais para a sustentabilidade e coesão do território.

A designação de JER, abarca os jovens empreendedores com idade compreendida entre os 18 e os 40 anos que pretendam instalar-se em zonas rurais, promovendo a dinamização económica e demográfica e a criação de emprego, contribuindo para a diversificação da base económica regional a partir da criação de empresas e investimentos locais, e qualificar os recursos endógenos, apostando na imagem, na inserção em novos circuitos comerciais e exploração de atividades inovadoras e ambientalmente sustentáveis.

Para a AJAP este conceito que é o JER, pode potenciar o desenvolvimento e criar uma nova dinâmica no meio rural, particularmente nas regiões do interior. Trata-se de levar uma nova atitude para o espaço rural, de promover a diversificação de atividades económicas, e que é possível com as características inerentes aos jovens, que são entusiastas têm força de trabalho e ideias inovadoras. Após a aprovação do referido estatuto em Conselho de Ministros, no passado mês de dezembro, o atual

Decreto-lei prevê um conjunto de medidas e de apoios, com o intuito de atribuir um carácter distintivo ao empreendedorismo no mundo rural.

OBJETIVOS

- A criação do estatuto JER pretende atribuir um carácter dinamizador ao Mundo Rural, a partir da fixação de jovens empreendedores;
- A instalação de jovens nestas regiões pretende contribuir para o desenvolvimento económico regional, promovendo a inovação e a criação de emprego a partir da conceção de novas empresas;
- Pretende-se também apostar na inserção de novos circuitos comerciais, na valorização dos recursos endógenos, e em atividades inovadoras e ambientalmente sustentáveis.

REQUISITOS PARA SER JOVEM EMPRESÁRIO RURAL

- Podem ser reconhecidas como JER, pessoas singulares e coletivas, que exerçam ou pretendam vir a iniciar atividade económica;
- No caso das pessoas singulares, devem ter idade compreendida entre os 18 e os 40 anos, inclusive;
- No que respeita às pessoas coletivas, já se deverão enquadrar como micro ou pequena empresa e garantir que os direitos de voto ou a maioria do capital social, pertence a pessoas singulares que cumpram a idade acima referida.

MEDIDAS DE APOIO AO JER

- Estão contempladas iniciativas específicas, de discriminação positiva e de carácter facilitador;
- No âmbito das medidas de discriminação positiva, consideram-se: a abertura de concursos e apoios específicos, as majorações na atribuição de apoios, a criação de um regime específico de benefícios fiscais, a criação de linhas de crédito, prioridade na atribuição das abordagens integradas de desenvolvimento territorial destinada ao apoio ao investimento, através da definição das dotações financeiras, priorização na seleção de candidaturas para os JER em geral e em particular para os JER que pertençam a agregados familiares como exploração agrícola familiar, cujo responsável detenha o Estatuto de Agricultura Familiar;
- No âmbito das medidas de carácter facilitador, consideram-se: o acesso prioritário a formação profissional específica e consultoria técnica, a possibilidade de ser apoiado numa perspectiva integrada por diferentes instrumentos de política, o acesso prioritário a entidades e estruturas de ações coletivas (redes de estímulo e apoio ao empreendedorismo, iniciativas empresariais, conceção de novas empresas, centros de incubação, mentoria para apoio a ideias inovadoras), apoio, monitorização e avaliação da presença do JER nas atividades da Rede Rural Nacional e da Rede das Dinâmicas Regionais.



Lançar jovens empresários no país, particularmente no interior é uma tarefa que exige o necessário esforço e contributo não só do governo em particular, como de um leque de entidades, que devidamente aprovisionadas poderão ser veículos de apoio para a disseminação e implementação do JER - Jovem Empresário Rural.

Encarando que esta figura será um novo estímulo para a dinamização das regiões do interior, torna-se igualmente importante perceber a opinião das diferentes entidades relati-

vamente ao tema. Estruturámos, por isso, algumas questões e desafiamos o Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, o Presidente do Concelho de Administração Executivo da Caixa Central de Crédito Agrícola, a Presidente da Federação Minha Terra, o Presidente da CNJ, assim como algumas autarquias de Norte a Sul do interior do país, tal com a Câmara Municipal de Alfândega da Fé, a Câmara Municipal de Sernancelhe, a Câmara Municipal da Guarda, a Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, a Câmara Municipal de Moura e a Câmara Municipal de Alcoutim, a

emitir o seu parecer sobre a relevância do JER para a revitalização destas regiões do país.

O Jovem Empresário Rural, foi pensado com o intuito de concretizar uma figura de ímpeto juvenil transversal a vários setores de atividade, mas assente no espaço rural, com a capacidade de mitigar as problemáticas do interior, contornando assim a desertificação e o abandono da população, fomentar o emprego, contribuindo para o aumento da população ativa nestas regiões.



«Acreditamos que estamos no caminho de dar prioridade às questões do interior e a criação do JER é mais um sinal nesse sentido»,

por Miguel Freitas, Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural



O Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, Miguel Freitas

Em sua opinião qual a importância do reconhecimento da figura JER – Jovem Empresário Rural?

A criação da figura do Jovem Empresário Rural era um compromisso do Governo que está cumprido. A AJAP foi a entidade que ao longo dos anos mais lutou por este estatuto e, por isso, merece uma palavra de reconhecimento. Temos agora que passar aos atos concretos.

Creio que reconhecemos todos que a existência de um estatuto próprio para o Jovem Agricultor a nível europeu tem sido a principal marca de rejuvenescimento dos espaços rurais. No entanto, acreditamos que pode-

mos ir mais longe, mesmo quando pensamos na modernização e na reinvenção das atividades na exploração agrícola e florestal. A nossa expectativa é de que o JER possa constituir-se como uma força transformadora da modernidade que se pretende para os espaços rurais.

Como podem os territórios rurais nacionais inverter esta tendência fatídica que os arrasta para zonas cada vez mais marginais? Acha que o JER ainda vem a tempo de mitigar este problema?

A grande questão é saber o que esperamos dos espaços rurais e como encaramos o ordenamento do território. Se a questão é saber se ainda existe potencial de recuperação de atividades económicas, diria que todos os territórios têm energia para gerar novas atividades. Se a questão é saber se todos os territórios voltarão a ser habitáveis, creio que isso não é possível, nem desejável. Precisamos de uma malha urbana capaz de organizar o território e de políticas públicas de incentivo a uma ocupação territorial equilibrada, onde certamente caberão as grandes bacias de produção, como o Alqueva, os pequenos regadios que se estão a constituir por todo o país, mas também as atividades agroflorestais extensivas. Olhe-se para o olival, intensivo no Alentejo, extensivo em Trás-

-os-Montes, e veja-se como está a mudar a paisagem, a gerar atividades diversas, entre o agroalimentar e o turístico.

O JER é mais um elemento neste processo de transformação, que se sente já estar a acontecer e que deve ser acelerado.

Qual a mensagem que o governo tem de passar através de futuros Orçamentos de Estado, nomeadamente através da regulamentação, isenções fiscais, taxa de segurança social e outros impostos, atribuição de incentivos e alocação de meios financeiros, para que venha a tornar-se verdadeiramente aliciante ser Jovem Empresário Rural?

A palavra-chave para as políticas públicas de desenvolvimento é a “integração”, muitas vezes mal compreendida e quase sempre mal-amada, porque rompe com as lógicas setoriais.

O Programa de Valorização do Interior que este Governo tem vindo a implementar tem essa visão, abordando de forma integrada um conjunto de medidas que concorrem para o objetivo de atrair investimento e gerar emprego nos territórios mais difíceis do país. Existe uma forte vontade política de ir mais longe.



«Acreditamos que podemos ir mais longe, mesmo quando pensamos na modernização e na reinvenção das atividades na exploração agrícola e florestal. A nossa expectativa é de que o JER possa constituir-se como uma força transformadora da modernidade que se pretende para os espaços rurais»

Relativamente aos apoios no Quadro Comunitário Pós-2020, como pensa que poderão ser enquadrados os apoios ao JER?

É verdade que é aí que se deve fazer a grande aposta, construindo um programa multifundos, que permita a integração de investimentos numa perspetiva de diversificação de atividades pela mesma empresa, que

garanta a viabilidade no seu todo e não em cada uma das partes. Exemplifico: não faz sentido apresentar um projeto para instalar framboesas e outro para fazer iogurtes de framboesa; nem podemos separar esta atividade produtiva da loja que a empresa abriu na vila mais próxima para vender as framboesas e o iogurte. Tudo isto faz parte de um só projeto empresarial, que deverá ser avaliado no seu todo. É esse sentido de integração que só um programa específico, multifundos, gerido por uma estrutura intermédia única, poderá avaliar e apoiar.

Sendo o JER um jovem que pretenda iniciar o exercício de uma atividade económica em zona rural, na sua perspetiva que atividades poderão ter mais sucesso nos territórios rurais e ser mais prioritárias em termos de apoios?

A inovação e a atração de jovens talentos deverá ser o objetivo principal do programa. Estamos num tempo de mudanças radicais, com a transformação digital e a transição

energética a dominar as atividades económicas, em que a intensificação sustentável e a economia circular está a crescer em todos os setores. Tudo isto trará o fim da exclusividade das profissões, novas formas de relação de trabalho, novos conceitos na prestação de serviços, novos empregos. É aqui que está o segredo do rejuvenescimento na economia e nas novas forças sociais.

Que apelo será importante fazer para que os jovens invistam nestas regiões?

O apelo maior para os jovens é o da qualidade de vida, do regresso ao contacto com a terra e com a liberdade de fazer. Mas isso não chega. Ou as políticas públicas têm continuidade e vão no sentido de olhar para o país como um todo, ou dificilmente daremos novas ocupações a territórios devolutos. Acreditamos que estamos no caminho de dar prioridade às questões do interior e a criação do JER é mais um sinal nesse sentido.



PRÉMIO
EMPREENDEDORISMO
E INOVAÇÃO
CRÉDITO AGRÍCOLA

6ª EDIÇÃO | 2019

O FUTURO NASCE NO PRESENTE

Prémio Empreendedorismo
e Inovação para a Agricultura,
Agro-Indústria e Floresta

5 PRÉMIOS
DE €5.000

CATEGORIAS

- PRODUÇÃO, TRANSFORMAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO
- DESENVOLVIMENTO RURAL
- JOVEM EMPRESÁRIO RURAL

DISTINÇÕES

- INOVAÇÃO EM PARCERIA: GRUPOS OPERACIONAIS
- PROJECTO DE ELEVADO POTENCIAL
promovido por Associado(s) do Crédito Agrícola

CANDIDATURAS ATÉ 26 DE JULHO DE 2019

Informações, Regulamento
e Candidaturas:

www.creditoagricola.pt
ou em www.premioinovacao.pt

Apoio Institucional:



Parceria:



Organização:



CA
Crédito Agrícola



«O Crédito Agrícola tem sido um grande defensor da regulação do JER – Jovem Empresário Rural, porque pensamos e preocupamo-nos com a diminuição das assimetrias das regiões»,

por Licínio Pina, Presidente do Conselho de Administração Executivo da Caixa Central de Crédito Agrícola



O Crédito Agrícola constitui uma sólida estrutura de apoio ao setor primário, reconhecendo-o como um potenciador da economia nacional, identificando os jovens agricultores como um exemplo de resiliência e perseverança.

Com um histórico na promoção das estratégias de incentivos e na criação de novas abordagens para os jovens, a entidade bancária reconhece que o JER será uma alavanca para o crescimento económico nas diversas regiões do território.

Sendo o Grupo Crédito Agrícola a entidade bancária com mais presença nas zonas rurais do país, como é que vê a criação da figura JER - Jovem Empresário Rural e qual o impacto socioeconómico que pode ter a nível local e nacional?

De facto, o Crédito Agrícola é o banco com maior presença geográfica e possui uma relação de proximidade muito forte com as populações locais, percebendo bem as dinâmicas económicas das regiões e os seus agentes.

A criação do estatuto do JER – Jovem Empresário Rural, é na nossa opinião, um grande passo no sentido de dina-

mizar as regiões mais desfavorecidas e rurais do País, possibilitando a qualquer jovem que se queira fixar nas regiões e independentemente da atividade a exercer, ser reconhecido como um verdadeiro parceiro das comunidades locais.

Considera que esta figura JER pode trazer maior dinâmica às regiões do interior? Portugal terá ainda jovens interessados em investir nestas regiões?

Sim, as dinâmicas económicas das regiões sairão favorecidas com a fixação dos jovens nos seus territórios e são uma verdadeira alavanca do seu crescimento. Os jovens têm um grande espírito de empreendedorismo e não deixarão de ver oportunidades onde outros apenas veem dificuldades.

O Crédito Agrícola tem-se afirmado juntamente com a AJAP, na defesa e afirmação da figura do JER, à qual se seguirá a sua regulamentação. Para além do Governo, quais lhe parecem ser os parceiros e entidades mais interventivas na dinamização, apoio e afirmação do seu potencial?

De facto, o Crédito Agrícola tem sido um grande defensor da regulação

do JER, porque pensamos e preocupamo-nos com a diminuição das assimetrias das regiões. Um bom parceiro seria a AJAP e as associações de Desenvolvimento Local, hoje designadas por GAL – Grupos de Ação Local, associadas ao programa Leader.

Está disponível o Grupo Financeiro a que preside, para criar linhas de crédito específicas para os Jovens Empresários Rurais?

O Crédito Agrícola já vem desde há algum tempo a trabalhar soluções específicas para Jovens Empresários Rurais e pretende desenvolvê-las e ampliá-las. Queremos ser o banco pioneiro desta área de negócio.

O Grupo Crédito Agrícola tem hoje perfeitamente consolidada a sua afirmação na Banca Nacional, atuando já noutras paragens, até onde pretende colocar a fasquia para os próximos anos?

A internacionalização do grupo será efetuada na medida e no tempo em que o Grupo se consolide internamente, quer em termos de Capitais próprios, quer através de parcerias que lhe possam gerar um clima de confiança que possa aportar investimento.



«O novo estatuto do Jovem Empresário Rural é uma medida interessante que pode contribuir para a dinamização sócioeconómica dos territórios rurais», por Maria João Botelho, Presidente da Federação MINHA TERRA

A MINHA TERRA – Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local, entidade privada de interesse público sem fins lucrativos, foi constituída no ano 2000 com o intuito de providenciar o desenvolvimento sustentável dos espaços rurais.

A implementação de estratégias, processos e parcerias de base territorial, agregada às ADL (Associações de Desenvolvimento Local), tem permitido um “desenvolvimento rural integrado e integrador, participado e sustentável, em que a responsabilidade pela criação de novas fontes de rendimento e emprego, a preservação ambiental, o desenvolvimento social e cultural”, têm contribuído para o melhoramento das condições de vida no seio rural português.

Neste âmbito da incrementação de estímulos, Maria João Botelho acredita que o estatuto do Jovem Empresário Rural poderá ser benéfico em várias frentes para os territórios rurais, ajudando nomeadamente a contrariar a crise demográfica, con-

tudo, reconhece que “é necessário um mix de medidas de política, contínuas no tempo, para tornar estes territórios atrativos.”

No que concerne ao desenvolvimento das áreas rurais, particularmente nos territórios de baixa densidade, qual o impacto que o JER – Jovem Empresário Rural poderá ter nestas zonas?

Num momento em que agricultura já não é a atividade dominante em alguns destes territórios, tanto ao nível do emprego como da produção de riqueza, é fundamental propor instrumentos de política pública que, a par do que tem sido o apoio aos jovens agricultores, apoiem os empreendedores noutros setores de atividade que representem oportunidades para estes territórios. O novo estatuto do Jovem Empresário Rural é uma medida interessante que pode contribuir para a dinamização sócio económica dos territórios rurais e, nomeadamente através do empreendedorismo e do emprego, criar

condições para fixar e atrair jovens, ajudando a contrariar a crise demográfica que afeta muitos destes territórios e não deixando ninguém para trás.

A gestão ativa dos territórios rurais que até então têm estado abandonados, apesar de já terem consumido muitos meios, poderá a esperança renascer nestas áreas através do JER?

De facto, durante muitos anos, os territórios rurais não tiveram a atenção e o investimento que merecem e necessitam, mas não concordo que tenham estado abandonados. Há muitas entidades, entre as quais as Associações de Desenvolvimento Local e os Grupos de Ação Local que dinamizam, que mantêm uma intervenção multisectorial de proximidade, tanto no apoio a projetos empresariais, como na área social, patrimonial, cultural, etc.

Nos últimos anos, nem sempre pelas melhores razões, a atenção da opinião pública e dos media se tem vira-

do para esta importante parte do nosso país, vendo-a cada vez mais, não como um problema, mas como uma oportunidade e parte da solução para os problemas globais que afetam a nossa sociedade.

Contudo, e sem desvalorizar o potencial que o JER pode ter, é muito importante termos bem presente que não é uma qualquer medida isolada que pode inverter situações de anomia socioeconómica. Não nos podemos esquecer que, para terem impacto na revitalização dos territórios, as medidas de política devem procurar respostas tanto para os problemas específicos dos jovens empresários, como para as suas famílias, ao nível do acesso aos serviços básicos de educação, justiça, saúde, cultura, etc., e em igualdade de circunstâncias com as famílias que escolhem viver nas áreas urbanas.

Os territórios rurais têm potencial de desenvolvimento, contudo a fixação de jovens nessas áreas constitui um desafio. Qual a sua opinião relativamente às medidas de apoio ao estatuto Jovem Empresário Rural (artigo 3º), publicadas no decreto-lei nº9/2019, que define o respetivo procedimento de reconhecimento da figura?

Não é a primeira vez que falamos do Jovem Empresário Rural. A Federação Minha Terra e eu própria, já afirmámos que o Estatuto JER só faz sentido se se traduzir em apoios específicos, vantagens e/ou discriminações positivas. O decreto-lei nº9/2019 é o primeiro passo e aponta os domínios em que estes apoios ou vantagens se poderão concretizar. O trabalho subsequente de aprofundamento e densificação com as diferentes áreas da governação é um passo essencial para que se perceba, nas diferentes áreas, desde a fiscalidade,

à formação, mentoria, apoio financeiro, etc., quais as verdadeiras vantagens a que podem aceder as pessoas que são reconhecidas como JER. A operacionalização do JER terá que ser um exercício de governação integrada, pois depende de muitas estruturas, desde a fase de regulamentação específica até a implementação no terreno.

O mecanismo de reconhecimento propriamente dito é um aspeto essencial da operacionalização, pois deverá ser suficientemente robusto para não deixar dúvidas às entidades que posteriormente serão responsáveis pela atribuição dos apoios específicos que colocarão estes empresários em vantagem em relação a outros.

De que forma a Federação MINHA TERRA vai apoiar e promover a figura do Jovem Empresário Rural?

A Federação MINHA TERRA apoia as medidas que contribuam para o desenvolvimento rural, minimizando desigualdades e contribuindo para a coesão territorial. Por isso, apoiou, desde a primeira hora, a criação e o desenvolvimento desta figura, o JER. Esta Federação e a rede de ADL associadas, cuja intervenção cobre todos os territórios rurais nacionais – Continente e Regiões Autónomas – serão, com certeza, parceiros importantes tanto na divulgação da figura junto dos potenciais interessados, como na gestão descentralizada de algumas medidas de política associadas a este estatuto.

Que análise faz, atualmente, dos territórios rurais nacionais, especialmente os de baixa densidade?

Mesmo, tendo essa característica em comum, a baixa densidade populacional e uma crise demográfica mais

acentuada do que nas zonas urbanas ou do litoral, os territórios rurais nacionais apresentam uma grande diversidade em termos económicos, sociais, culturais, paisagísticos, entre outros. O facto de serem muito diversos, traduz-se num potencial de desenvolvimento próprio de cada território, mas exige também uma intervenção integrada e um trabalho de proximidade que valorize as suas especificidades, assim como uma atenção especial por parte das políticas e dos serviços públicos.

Considerando que o JER é um jovem que pretende iniciar o exercício de uma atividade económica em zona rural, na sua perspetiva que atividades poderão ser melhor sucedidas, mais integradas e maioritariamente mais apoiadas?

Há um grande conjunto de variáveis a ter em conta, desde os recursos e as características de cada território, passando pelas competências das pessoas... Por isso, não estaria a ser coerente com o que defendemos se apresentasse uma lista de atividades de sucesso válida para todos os territórios rurais.

Os sistemas de apoio que se adotarem devem premiar a capacidade inovadora dos jovens, possibilitando e viabilizando ideias com algum risco e que, por esse motivo, necessitam de ser apoiadas. Por outro lado, os sistemas de apoio devem ser simples, tanto no acesso, como na prestação de contas por parte do jovem. O processo de reconhecimento do JER deve também ser simples, ágil, mas rigoroso, uma vez que implicará o acesso privilegiado a serviços e financiamento.



«O JER pode contribuir para que as áreas rurais encontrem uma figura mobilizadora junto dos jovens, trazendo novos atrativos e reforçando os existentes», por Luís Saldanha, Presidente da Confederação Nacional dos Jovens Agricultores e do Desenvolvimento Rural



Promover o desenvolvimento do Mundo Rural e de todas as atividades associadas ao meio é objetivo da CNJ, organização sem fins lucrativos e de âmbito nacional.

Contribuir para que haja uma maior qualidade de vida nos territórios rurais, promovendo-os, valorizando-os e criando estratégias é uma necessidade, pelo que a Confederação identifica o Jovem Empresário Rural como um elemento com potencial e diferenciador para fixar quem já está nessas áreas rurais e novos empreendedores que pretendam instalar-se.

Qual o impacto e o contributo que o JER - Jovem Empresário Rural poderá conceder às áreas rurais, particularmente aos territórios de baixa densidade?

O JER pode contribuir para que as áreas rurais encontrem uma figura mobilizadora junto dos jovens, trazendo novos atrativos e reforçando os existentes, numa lógica sinérgica, global e integrada. Pelo menos assim esperamos. Quanto ao impacto, isso depende muito do compromisso das entidades e autoridades competentes, em assegurar o enquadramento legislativo específico e de pormenor, garantindo meios e recursos financeiros e humanos, para que esta figura se possa implementar e atingir os seus objetivos. O JER poderá ser uma forma diferente de fixar quem lá está.

A gestão ativa dos territórios rurais que até então têm estado abandonados, apesar de já terem consumido muitos meios, poderá a esperança renascer nestas áreas através do JER?

A esperança pode renascer se o JER se corporizar em medidas concretas e integradas, que apoiem, incentivem e dinamizem os jovens e as iniciativas

que estes possam aportar aos meios rurais. Isto sem descurar uma política abrangente de desenvolvimento e rejuvenescimento rural. O estatuto do Jovem Empresário Rural tem que ser um elemento facilitador para quem quer desenvolver uma atividade e quer fixar-se nessas regiões.

De que forma poderá o JER integrar-se com outras medidas e programas já existentes para o desenvolvimento rural?

O JER pode e deve integrar-se com outras ações. Aliás, esperamos que o Jovem Empresário Rural seja ele próprio um agente dessa mesma articulação, que tanto tem faltado ao longo dos anos. É necessário dar coerência às ações empreendidas e a empreender, o JER pode disso ser exemplo e facilitador.

Qual a sua opinião relativamente às medidas de apoio ao estatuto JER (artigo 3º), publicadas no decreto-lei nº9/2019, que define o respetivo procedimento de reconhecimento da figura?

São medidas importantes, que importa regulamentar mais tarde na altura da sua concretização, mas que são desde já relevantes. Contudo a par destas medidas, relevantes, como sublinhado anteriormente, convém acrescentar algo mais, que densifique a medida. Por exemplo, ao nível da interligação entre os diferentes JER's e a simplificação da burocracia com que estes se deparam quando querem avançar com um projeto. Muitas vezes tão importante como o dinheiro é a facilitação dos processos e a não criação de entraves que levam ao abandono e à descrença.

Apesar de o estatuto do Jovem Empresário Rural já estar aprovado e reconhecido, que estratégias acha que

poderão ser adotadas com o intuito de atrair mais jovens, novos habitantes para as zonas rurais?

Uma das estratégias possíveis é tentar articular os JER's. Nem sempre a soma dos interesses particulares é o interesse coletivo, é necessário haver uma estratégia de conjunto e regional. É preciso pensar os diferentes meios rurais como ecossistemas eco-socioeconómicos e a partir de aí desenvolver uma estratégia de captação de JER's para as diferentes regiões, pois todas elas têm particularidades e necessidades diversas. Aliás, a realização de alguns encontros regionais, servirão para aferir as estratégias que deverão ser pensadas com os potenciais interessados.

A promoção dos territórios do interior e a sua valorização beneficiará com a colaboração várias de entidades, concorda? De que forma a CNJ vai apoiar e promover a figura do Jovem Empresário Rural?

É fundamental que haja colaboração. Diríamos mais, que haja cooperação. Cada organização traz consigo as suas experiências e vivências e até as suas mundivências, partilhando não só os seus sucessos, mas também os seus fracassos, algo fundamental para evitar que se repitam. A CNJ vai-se pôr à disposição para ajudar a promover, mas também a aprofundar, a figura do JER, reconhecendo que há muito que o mundo rural é também uma preocupação nossa. Será preciso envolver outros parceiros, para além das autarquias, as universidades, os politécnicos e as escolas profissionais, pois são aqueles que já estão no território e podem ao longo do seu processo formativo, pensar em projetos futuros, profissionais e pessoais, numa lógica local e regional, quer de continuidade ou de inovação.



«A criação do JER pode, se efetivamente vier acompanhada de apoios e critérios que beneficiem não só a figura, mas também as regiões desfavorecidas, favorecer regiões como a nossa.», por Eduardo Tavares, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Alfândega da Fé



O concelho de Alfândega da Fé, situado no Nordeste Transmontano, entre a Terra Fria e a Terra Quente, caracteriza-se por uma diversidade paisagística que comporta um território fértil, fazendo da agricultura a principal atividade económica da região.

Com o desenvolvimento de um trabalho em prol do repovoamento e rejuvenescimento, o Município tem posto em prática diversas medidas para a dinamização do emprego jovem, considerando, por isso, que o estatuto do Jovem Empresário Rural, integrado com os devidos apoios, poderá ser um complemento benéfico para o meio.

Como é que a Autarquia vê a implementação do JER - Jovem Empresário Rural e qual o impacto socioeconómico que pode ter a nível local?

Para a Autarquia a implementação da figura do “Jovem Empresário Rural” é um ato de coragem que faz todo o sentido no nosso contexto geográfico e socioeconómico. Efetivamente, para além da agricultura, é preciso apoiar e estimular outras atividades no meio rural, pois a agricultura *per si* não resolve o problema da demografia e do desenvolvimento económico, pois são precisas atividades complementares que dinamizem toda a economia, as nossas aldeias e os concelhos mais despovoados. Pequenas empresas de serviços, comércio, restauração, turismo e pequenas agroindústrias dão vitalidade aos nossos territórios e queremos que todos os jovens que se proponham a estabelecer nos nossos meios, seja em que atividade for, possam usufruir de incentivos e de ajudas para o fazer. É sem dúvida um passo importante que agora se inicia e que desejamos, num futuro breve,

ver concretizado com medidas e apoios concretos para os nossos e as nossas jovens.

Têm levado a cabo algum tipo de investimentos que constituam um fator de atratividade para a instalação de jovens no concelho?

O Município de Alfândega da Fé tem executado várias medidas de apoio para a dinamização do emprego jovem, das quais destaco as seguintes: reabilitação e modernização dos principais regadios do concelho, assim como, a criação de novos perímetros para tornar o investimento na agricultura mais atrativo e rentável; parcerias com Empresas de Dinamização e Apoio ao Empreendedorismo, para apoiar jovens licenciados e também desempregados, processos que temos vindo a dinamizar e que atualmente estão em curso; regularização extraordinária de vínculos precários, através de medida específica para o efeito, foram criados 43 postos de trabalho, na maioria para jovens do concelho.

Reconhecendo que o despovoamento e o envelhecimento da população é um dos maiores desafios dos territórios rurais, particularmente nos territórios de baixa densidade, considera que esta figura poderá dar um importante contributo para mitigar este problema?

Sem dúvida! É preciso criar medidas concretas que discriminem positivamente as regiões do interior e que sofrem de despovoamento, como a nossa. Nesta medida, a criação do JER pode, se efetivamente vier acompanhada de apoios e critérios que beneficiem não só a figura, mas também as regiões desfavorecidas, favorecer

regiões como a nossa. No entanto, temos que reconhecer que o apoio tem ficado sempre aquém do que considero necessário para invertermos este ciclo vicioso, pois em minha opinião é preciso fazermos um verdadeiro choque fiscal no acompanhamento de medidas deste tipo. Digo ainda que o país não deve ser dividido a régua e esquadro, como muitas vezes acontece, temos que ir mais além, e devemos estar conscientes que mesmo dentro do interior, temos que ter também discriminação positiva e diferenciar os territórios mais desfavorecidos. Não pode uma empresa ter o mesmo apoio que se fixe numa sede de distrito que outra que se fixe na sede de um concelho!

A promoção dos territórios do interior e a sua valorização, beneficiará com a colaboração e articulação de várias entidades. O Município de Alfândega da Fé tenciona apoiar e difundir o conceito JER?

O Município de Alfândega da Fé tem acompanhado de perto a evolução deste projeto e tem apoiado, sempre que solicitado, a Associação dos Jovens Agricultores de Portugal, a intervir junto do poder central. Felizmente o atual Governo, pelo meio do Ministro da Agricultura, Dr. Capoulas Santos, avançou para a sua regulamentação criando assim as condições necessárias para agora podermos fazer um trabalho de auscultação de todas as entidades e setores de atividade no sentido de criarmos as medidas e os apoios concretos. Obviamente continuaremos atentos ao desenvolvimento deste projeto e estaremos sempre disponíveis para ajudar a AJAP e o Governo, quer na divulgação, quer na organização de iniciativas de trabalho.

«Deseja-se que o JER possa vir a produzir os efeitos de que tanto dependemos, nomeadamente que permita a discriminação positiva, por forma a que os jovens empresários sintam, em termos efetivos, ser compensador estar no interior»,

por Carlos Silva Santiago, Presidente da Câmara Municipal de Sernancelhe



Situado na Região Centro-Norte de Portugal, em plena Beira Alta, Sernancelhe é conhecido pela terra da castanha, pelas paisagens e pelos monumentos graníticos e por um percurso histórico que valoriza o património, a gastronomia e a cultura.

Impulsionador de estratégias económicas que integram múltiplas variáveis, o Município tem atuado com a preocupação assente no presente, mas essencialmente nas gerações futuras, lutando para alcançar níveis crescentes de satisfação entre a população da comunidade. O Jovem Empresário Rural, é por isso, encarado como um instrumento a acrescentar, que poderá trazer a ajuda necessária a todos os jovens que pretendam investir em atividades que valorizem a região.

Como é que a Autarquia vê a implementação do JER - Jovem Empresário Rural e qual o impacto socio-económico que pode ter a nível local?

O Concelho de Sernancelhe é, pela sua posição geográfica no Interior de Portugal, um território onde o setor primário é dominante. A evolução histórica confirma esta realidade e também a mutação ocorrida, em particular nas duas últimas décadas, que permitiu que a agricultura de subsistência tenha dado lugar ao maior aproveitamento dos recursos endógenos e a uma aposta mais expressiva nos produtos da terra com valor no mercado. Tem havido uma valorização do espaço rural, feita essencialmente por empresas familiares que paulatinamente estão a dar lugar a importantes agroindústrias, que encaram a agricultura como setor que depende de inova-

ção e que tem potencial para a internacionalização. Ora, nesse sentido, o Concelho acredita que a promoção do desenvolvimento rural e, consequentemente, da coesão territorial, pode acontecer se houver empreendedorismo e se o mesmo acontecer pela mão de jovens empresários agrícolas, pessoas que aqui tenham nascido, que conheçam o meio, que tenham gosto pelo setor e que estejam disponíveis para abrir os horizontes necessários à potenciação das zonas rurais, concorrendo também para a atratividade em torno destes territórios. O estatuto de Jovem Empresário rural, se se traduzir em apoios reais à instalação dos jovens em espaços rurais, se permitir facilitar o acesso a fundos, se representar desburocratização de processos, pode ser um contributo importante para o Concelho e para o Interior do País.

Têm levado a cabo algum tipo de investimentos que constituam um fator de atratividade para a instalação de jovens no concelho?

É conhecida a dificuldade dos municípios em gerarem, só por si, atratividade para os seus territórios. Não é que faltem ideias, recursos ou vontade política; muitas vezes o óbice está na intransponível barreira burocrática, nas questões legais ou na falta de autonomia que permita às câmaras encetar planos de promoção autónomos ou elaborar pacotes de incentivos que possam ser direcionados aos investidores e, em particular, aos jovens. Contudo, e apesar das restrições enunciadas, o Município de Sernancelhe tem procurado estar ao lado dos empresários e tem sido parceiro dos investidores. Desde logo quando criou um Gabinete de Apoio ao Empresário, em que para além de ajudar no licenciamento de atividades, na instalação, no início da laboração, na captação de mão-de-obra, tem sido parceiro essencial na elaboração de candidaturas a fundos comunitários, tendo permitido que as empresas locais conseguissem em 2016 e 2017 captar cerca de 10 milhões de euros para inovação e internacionalização. Mas Sernancelhe está igualmente ao lado dos empresários quando, apesar de dispor de um espaço empresarial em Ferreirim, inaugurado em 2011, avançou para o parque empresarial na vila de Sernancelhe, onde várias empresas já estão em laboração, e que são geridas, todas elas, por jovens empresários. Estes espaços empresariais estão dotados de todas as infraestruturas, bem localizados e com as condições essenciais ao desenvolvimento das atividades empresariais. Por conseguinte, o Município disponibiliza ainda benefícios à instalação ao nível do IMT e IMI, cuja percentagem é calculada em função do interesse e

impacto da atividade para a economia concelhia. Referir também que Sernancelhe tem vindo, em parceria com universidades, como sucedeu com a UTAD, a elaborar estudos para estar ao lado dos agricultores naquele que é o seu produto marca, a castanha, procurando trazer o conhecimento ao campo e dar novo fôlego ao setor.

Reconhecendo que o despovoamento e o envelhecimento da população é um dos maiores desafios dos territórios rurais, particularmente nos territórios de baixa densidade, considera que esta figura poderá dar um importante contributo para mitigar este problema?

As fórmulas já ensaiadas para atrair e fixar população no interior de Portugal não têm apresentado resultados práticos porque, em regra, são pensadas para o todo nacional, e nunca têm em conta a especificidade do nosso território. Deseja-se que o JER possa vir a produzir os efeitos de que tanto dependemos, nomeadamente que permita a discriminação positiva, por forma que os jovens empresários sintam, em termos efetivos, ser compensador estar no interior. E deseja-se também que haja medidas de caráter facilitador, que olhem os projetos destes investidores como parte de um todo das regiões, que merecem ser apoiados por integrarem uma estratégia de desenvolvimento mais ampla, que os considera atores essenciais do País.

A promoção dos territórios do interior e a sua valorização, beneficiará com a colaboração e articulação de várias entidades. O Município de Sernancelhe tenciona apoiar e difundir o conceito do JER?

O Município de Sernancelhe é, há quase três décadas, o grande par-

ceiro das empresas e dos investidores do Concelho. E particularmente no capítulo da agricultura, pois a castanha é o produto que merece o maior apoio promocional por parte do Município desde 1992. Desde esse ano, quando foi criado o primeiro certame Festa da Castanha, o Concelho teve como parceiro estratégico, uma empresa de produtos endógenos, a Frusantos, que hoje é uma referência nacional e internacional no comércio de castanha. Entretanto, outra empresa de referência surgiu, a Soutos da Vila, e hoje são dois dos principais *players* do setor no País, a elas se devendo a dinâmica de um setor que representa para a economia do concelho mais de 4 milhões de euros de volume de negócios, envolve centenas de agricultores, mais de mil hectares de soutos e uma produção anual superior a 1500 toneladas. O mesmo tem sucedido com a maçã de altitude, onde a empresa Frutas Cruzeiro encetou uma caminhada admirável na promoção deste fruto, contando hoje com clientes na Europa e na Ásia. Esta realidade própria do concelho permite-nos afirmar que conhecemos bem os efeitos do empreendedorismo rural impulsionado pelos jovens, da capacidade das nossas gentes diversificarem a base económica, potenciarem a criação de emprego e tornarem-se esteios da nossa economia. Por isso, atendendo ao preconizado pelo Estatuto de Jovem Empresário Rural, depositamos muita esperança que seja um instrumento que venha trazer a necessária ajuda que os jovens precisam para tomarem a decisão de empreenderem e de apostar no seu meio, na valorização dos produtos locais e na aposta em atividades que, com conhecimento, inovação e desenvolvimento, podem dignificar ainda mais a atividade agrícola e dar o empurrão decisivo ao Interior de Portugal.



«O JER funcionará como uma alavanca ao nível socioeconómico e de valorização do património e dos produtos do concelho»,
por Álvaro Amaro, Presidente da Câmara Municipal da Guarda



Situado no centro da região beirão, o concelho da Guarda (um dos maiores concelhos portugueses), está implantado na paisagem montanhosa da Serra da Estrela, oferecendo a primazia de um ar frio, puro e terapêutico, historicamente reconhecido e distinguido.

Focada nos problemas, mas essencialmente nas soluções e nas oportunidades que o território oferece, a Autarquia tem introduzido projetos nucleares e múltiplas ações que estimulam a economia local, atraindo mais empresas e postos de trabalho. Nesta ótica, a figura do Jovem Empresário Rural é entendida como uma alavanca socioeconómica, com a capacidade agregadora de jovens e a estabilização dos mesmos no concelho.

Como é que a Autarquia vê a implementação do JER - Jovem Empresário Rural e qual o impacto socioeconómico que pode ter a nível local?

A Autarquia congratula-se com a aprovação do Diploma que implementa a atribuição do estatuto de Jovem Empresário Rural –JER e consequentes medidas de apoio, permitindo que um maior número de jovens se possam manter no Concelho da Guarda e outros possam procurar o nosso território, podendo dele retirar benefícios através da valorização dos produtos endógenos. Deste modo, o impacto socio-

económico será relevante na medida em que será estimulada a fixação de jovens empreendedores que irão gerar valor económico.

A questão central é que por vezes não basta uma boa intenção. É necessário que se aplique na realidade. E por isso é relevante que as medidas de apoio sejam fortes e incentivadoras.

Têm levado a cabo algum tipo de investimentos que constituam um fator de atratividade para a instalação de jovens no concelho?

A Autarquia tendo sempre presente os interesses da população e a sua constante procura de melhores condições de vida, tem ao longo dos últimos anos promovido a melhoria e a criação de diversas infraestruturas e acessibilidades, que possibilitam o acesso a importantes espaços rurais, onde poderão ser implementados investimentos em diversas áreas económicas.

Reconhecendo que o despovoamento e o envelhecimento da população é um dos maiores desafios dos territórios rurais, particularmente nos territórios de baixa densidade, considera que esta figura poderá dar um importante contributo para mitigar este problema?

Os territórios de baixa densidade, necessitam de todos os mecanismos,

que promovam a fixação da população jovem. Não é justo o que está a acontecer em Portugal. As soluções políticas não podem ser desenhadas igualmente para o litoral e para o interior. Tem de haver coragem política (e isto não é ideológico) para implementar soluções diferentes para problemas semelhantes. O país não é igual e a igualdade de oportunidades é diferente.

Acresce que no Mundo Rural há ainda um conjunto de atividades que só aí podem ser desenvolvidas, e é por isso premente “pôr no terreno” incentivos concretos para travar esta tremenda injustiça que é a desertificação.

A promoção dos territórios do interior e a sua valorização, beneficiará com a colaboração e articulação de várias entidades. O Município da Guarda tenciona apoiar e difundir o conceito do JER?

Considerando que o Jovem Empresário Rural, funcionará como uma alavanca ao nível socioeconómico e de valorização do património e dos produtos do Concelho, a Autarquia colaborará na difusão do conceito e apoiará dentro das suas competências a sua implementação.

Estamos e sempre estivemos disponíveis para essa colaboração. Sem ela tudo é bem mais difícil.



«A figura do Jovem Empresário Rural poderá ajudar novos empreendedores a investir em territórios de baixa densidade, os quais terão cada vez mais uma importância estruturante no futuro do país e do mundo»,

por Armindo Jacinto,
Presidente da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova



O Município de Idanha-a-Nova situa-se na sub-região Beira Interior Sul, que integra a região Centro do país, tem sido um exemplo integrador de novas e densas dinâmicas de valorização do território, de práticas de desenvolvimento local sustentável, conciliando a economia com o ambiente e a comunidade.

Cientes do decréscimo populacional que desencadeia a ausência de pessoas, e consequentemente o abandono, a Autarquia tem colocado em prática vários programas de sucesso destinados não só a quem é da região, como para quem vai de fora e se quer instalar com novos projetos. Com vista a operacionalizações triunfantes que tornem o Mundo Rural num espaço mais atrativo para o investimento, o Município irá colaborar na implementação do Jovem Empresário Rural no âmbito dos instrumentos de apoio ao empreendedorismo.

Como é que a Autarquia vê a implementação do JER - Jovem Empresário Rural e qual o impacto socio-económico que pode ter a nível local?

Consideramos, por princípio, que todos os instrumentos governamentais destinados a promover o

desenvolvimento rural e a coesão territorial são bem-vindos, desde que devidamente articulados com os agentes no terreno. Nesse contexto, acreditamos que a implementação do estatuto JER – Jovem Empresário Rural abre boas perspectivas para a valorização do Mundo Rural, visto conceder apoios e benefícios a jovens que se queiram instalar nestes territórios. No caso de Idanha-a-Nova, as medidas de discriminação positiva conferidas aos Jovens Empresários Rurais serão tanto mais impactantes quanto mais facilitarem, na prática, o acesso aos concursos e apoios previstos, bem como o desbloquear de obstáculos, para tornarem mais atrativos e eficazes os investimentos empresariais.

Têm levado a cabo algum tipo de investimentos que constituam um fator de atratividade para a instalação de jovens no concelho?

Sim, e com resultados reconhecidos ao mais alto nível. Lançada em 2015, a estratégia Recomeçar em Idanha visa sobretudo fixar e atrair pessoas e investimento, tendo sido galardoada em 2018 a nível nacional com o prémio Município do Ano (Categoria "Região Centro - Menos de 20 mil habitantes") e a nível internacional

com o 2º lugar no prémio Marca Territorial do Ano, entregue em Londres, à frente de outros finalistas como Barcelona, a Estónia ou a Escócia.

A estratégia Recomeçar assume como principal objetivo a resolução de um problema que afetava Idanha há mais de 50 anos, que era a perda progressiva de população. Desde o início da sua implementação, já são acompanhados no âmbito deste programa mais de mil pessoas e cerca de 350 projetos empresariais. Entre os pilares da estratégia Recomeçar destaco o *Green Valley Food Lab*, por estar ligado à inovação na ruralidade e ter o objetivo de fazer deste município o "Silicon Valley" do Mundo Rural. Representa a reformulação da nossa premiada Incubadora de Base Rural e, no seu âmbito, foram já instaladas 55 empresas e realizado um investimento privado global de mais de 10 milhões de euros.

Entretanto, o Recomeçar continua preparado para colaborar na criação de condições para todos os que queiram viver ou investir em Idanha-a-Nova, sejam residentes, da nossa diáspora ou dos mais diversos pontos do mundo.

Reconhecendo que o despovoamento e o envelhecimento da população é um dos maiores desafios dos territórios rurais, particularmente nos territórios de baixa densidade, considera que esta figura poderá dar um importante contributo para mitigar este problema?

Em 2018, pela primeira vez desde há mais de 50 anos, Idanha-a-Nova conseguiu chegar à estabilização do saldo migratório, esbatendo as diferenças entre o êxodo populacional e o número de pessoas que se mudam para o território. Esse facto abre-nos boas perspetivas para o trabalho que temos vindo a realizar, no sentido de contrariar fenómenos como o despovoamento e de afirmar as áreas rurais como espaços de oportunidade, inovação e desenvolvimento. A figura do Jovem Empresário Rural poderá ajudar novos

empreendedores a investir em territórios de baixa densidade, os quais terão cada vez mais uma importância estruturante no futuro do país e do mundo. Por isso, considero que o contributo do JER poderá ser significativo se a sua operacionalização corresponder às expectativas que existem.

A promoção dos territórios do interior e a sua valorização, beneficiará com a colaboração e articulação de várias entidades. O Município de Idanha-a-Nova tenciona apoiar e difundir o conceito do JER?

O Município de Idanha-a-Nova tem todo o interesse em apoiar instrumentos e novas dinâmicas que correspondam aos nossos objetivos de desenvolvimento sustentado deste concelho. Teremos todo o gosto em colaborar na implementação da

figura do Jovem Empresário Rural, no âmbito dos instrumentos de apoio ao empreendedorismo que disponibilizamos aos empresários, em rede e não só, para tornar o Mundo Rural um espaço mais atrativo para o povoamento e investimento.

De referir que Idanha-a-Nova já hoje aposta no trabalho dentro de redes nacionais e mesmo internacionais. Somos a primeira Bio Região em Portugal a integrar a Rede Internacional de Bio Regiões, e o nosso território detém três selos UNESCO: Cidade Criativa da Música, Geoparque Mundial e Reserva da Biosfera.





«O Jovem Empresário Rural pode contribuir para a fixação de jovens empreendedores, inovadores e com visão de futuro, no Espaço Rural», por Álvaro Azedo, Presidente da Câmara Municipal de Moura



Moura integra a região do Alentejo e sub-região do Baixo Alentejo, denunciando um concelho repleto de oliveiras e terrenos de cultivo.

Com um setor primário que tem vindo a perder primazia, mas ainda assim expressivo, é o setor terciário que mais se destaca, com a expansão de comércio e serviços. A área do turismo rural e do agroturismo são dois segmentos com maior crescimento, que aproveitando estrategicamente todo o potencial endógeno da região, têm contribuído significativamente para o desenvolvimento económico e social do concelho.

O encontro de soluções inovadoras para a fixação de jovens é uma premissa e a Autarquia tem disponibilizado várias ferramentas com vista à captação de investimento que gere emprego, defendendo que nesta ótica de dar resposta às necessidades daqueles que querem investir, o Jovem Empresário Rural deverá ser um instrumento alvo de menor burocracia, assim como deverá caminhar lado a lado com os diversos serviços.

Como é que a autarquia vê a implementação do JER - Jovem Empresário Rural e qual o impacto socio-económico que pode ter a nível local?

O Município de Moura entende que o reconhecimento da figura Jovem

Empresário Rural se reveste de grande importância. Desde logo porque pode contribuir para a fixação de jovens empreendedores, inovadores e com visão de futuro, no Espaço Rural. Para além disso poderá contribuir para uma melhor agricultura, melhor economia e mais desenvolvimento social no concelho.

Têm levado a cabo algum tipo de investimentos que constituam um fator de atratividade para a instalação de jovens no concelho?

O atual executivo, da Câmara Municipal de Moura, desde o seu primeiro dia de mandato que tem tido a preocupação de criar condições para a fixação de jovens no concelho. É importante para o interior do país, e Moura não é exceção, criar discriminação positiva que permita combater a perda de população, especialmente jovem. Isso consegue-se, em parte, criando condições à captação de investimento que gere emprego. Por isso encontram-se disponíveis vários instrumentos como o Moura Investe, o Projeto Prata, o FAME, bem como a informação relativa a novos investimentos e ao bloco de rega da EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas de Alqueva, que em breve chegará ao concelho de Moura, proporcionando melhores condições aos nossos agricultores.

Reconhecendo que o despovoamento e o envelhecimento da população é um dos maiores desafios

dos territórios rurais, particularmente nos territórios de baixa densidade, considera que esta figura poderá dar um importante contributo para mitigar este problema?

Acredito que sim, mas se for bem enquadrada e apoiada pelo Poder Central. Volto a afirmar, o interior do país e os territórios rurais necessitam de discriminação positiva para os jovens, mas também de menos burocracia.

Entendo que a figura JER - Jovem Empresário Rural, deve caminhar lado a lado com a existência, nestes territórios, de melhores escolas, melhor saúde, melhor justiça e melhores acessibilidades. São áreas fundamentais para a fixação de investimento e de população.

A promoção dos territórios do interior e a sua valorização, beneficiará com a colaboração e articulação de várias entidades. O Município de Moura tenciona apoiar e difundir o conceito JER?

Temos todo o interesse e disponibilidade em colaborar e difundir o conceito JER através de todos os veículos de comunicação de que dispomos na Câmara Municipal de Moura.

Para além disso estamos igualmente disponíveis para apoiar as candidaturas que venham a surgir, através do gabinete Moura Investe.



*«Reunimos um conjunto interessante de fatores de atratividade para a instalação do JER»,
por Osvaldo Santos, Presidente da Câmara Municipal de Alcoutim*

Alcoutim, comumente procurado como destino de natureza, privilegia de uma localização entre a serra e o rio, oferecendo muitas tradições e costumes, típicos desta região raiana algarvia.

Apesar de ser um território com elevado potencial, tem vindo a assistir a um decréscimo da população, que em muito se relaciona com as assimetrias entre o litoral e a serra. Como forma de contrariar a preocupante tendência, o Município tem mantido a proatividade com a realização de diversos eventos, promovendo a discussão em torno das problemáticas identificadas, procurando soluções para rejuvenescer o tecido socioeconómico.

A Autarquia pretende apoiar e valorizar o Jovem Empresário Rural, estabelecendo uma articulação com outras medidas, nomeadamente a par do trabalho que está a ser desenvolvido pelo Centro de Competências na Luta contra a Desertificação, que permita o aproveitamento de oportunidades, através de uma estratégia integrada.

Como é que a Autarquia vê a implementação do JER - Jovem Empresário Rural e qual o impacto socioeconómico que pode ter a nível local?

A implementação do JER tem, no entender do órgão executivo do Município de Alcoutim, um conjunto de características valorativas que podem marcar a diferença, se integrado nas medidas que têm sido criadas como resposta aos anseios dos autarcas. Este Estatuto consubstancia a possibilidade de tratar de forma diferenciada aquilo que é diferente e a diversificação do conjunto de áreas e atividades que poderão vir a ser apoiadas, também cria a possibilidade de incentivar e estimular um leque de oportunidades que até aqui estavam muito segmentadas. Entendemos, pois, que o JER revela uma visão integrada dos desafios do Mundo Rural e da baixa densidade e pode constituir uma ferramenta muito útil na implementação de dinâmicas adequadas às especificidades de cada vila e/ou de cada aldeia, e assim contribuir de forma construtiva para alavancar todo o tecido socioeconómico.

Têm levado a cabo algum tipo de investimentos que constituam um fator de atratividade para a instalação de jovens no concelho?

Desde o início dos mandatos para que fomos eleitos, desde 2013, que uma das medidas que criámos foi a realização do evento “Jornadas do Mundo Rural”.

A criação e o desenvolvimento deste projeto, pretende afirmar-se como uma plataforma municipal, com abrangência regional, onde através da criação de equipas/grupos multidisciplinares, se promova a discussão em torno das temáticas do Interior e dos problemas que estão identificados e procurar respostas e/ou soluções para mitigar os efeitos destes mesmos problemas. Estes eventos têm tido, ao longo dos anos, uma continuidade e uma sequência nos temas discutidos e na procura de soluções.

Já organizámos uma reunião em “Focus Group” que derivou na elaboração de 2 candidaturas ao PDR2020 para a criação de 2 Grupos Operacionais, mais tarde, com maior sucesso, também foi impulsionadora da nossa adesão ao acolhimento do Centro de Competências na Luta Contra a Desertificação (em fase de arranque oficial), e neste sentido, consideramos que estas têm sido algumas das medidas mais úteis e mais estimulantes que se podem criar, com uma visão estratégica ao incentivo à instalação dos JER. A estas medidas podemos, atualmente, juntar a disponibilidade de lotes na Zona Industrial a 1 €/m², o conjunto alargado de incentivos às crianças e jovens, que desde o nascimento, com o apoio de 5.000,00 €, até ao Ensino



Superior com Bolsas de Estudo de 1.000,00 €/ano, passando por um conjunto de benefícios fiscais diversificados. Creio, por isso, que reunimos um conjunto interessante de fatores de atratividade para instalação dos JER.

Reconhecendo que o despovoamento e o envelhecimento da população é um dos maiores desafios dos territórios rurais, particularmente nos territórios de baixa densidade, considera que esta figura poderá dar um importante contributo para mitigar este problema?

Com certeza que sim. Em todas as vezes que falamos dos problemas do interior e das razões que estão na origem do despovoamento, que nos conduziram à condição de território de baixa densidade, lembramos sempre que estes são também territórios de elevado potencial.

As faculdades destes territórios vão muito para além do que tradicionalmente se aportava para as atividades agrosilvopastoris. Esses são

vetores fulcrais e fundamentais do equilíbrio dos ecossistemas e que têm que ser tratados com respeito pela Natureza, mas muitas outras oportunidades poderão e deverão ser aproveitadas em complemento de uma estratégia integrada. O que até hoje estava muito segmentado para os territórios rurais, em termos de apoios para a instalação de jovens, com este instrumento, mantêm-se esses mesmos incentivos para os segmentos já anteriormente contemplados, mas abre as portas a outras oportunidades que podem e devem ser apoiadas como forma de valorizar as iniciativas dos Jovens Empresários em toda a sua dinâmica criativa. Este será o caminho para rejuvenescer o tecido socioeconómico destes territórios, que através destes modelos de instalação poderão criar a dinâmica necessária à fixação de pessoas, e neste sentido, consideramos, pois, que o Estatuto do JER poderá ser uma mais-valia importante.

A promoção dos territórios do interior e a sua valorização, beneficiará com a colaboração e articulação de

várias entidades. O Município de Alcoutim tenciona apoiar e difundir o conceito do JER?

Claramente que sim. Naquilo que são o conjunto de ações relacionadas com o trabalho que está a ser iniciado no arranque do funcionamento do Centro de Competências na Luta Contra a Desertificação, na elaboração da Agenda de Investigação, é nosso propósito estabelecer uma linha de articulação entre os eixos prioritários dessa mesma agenda, uma interação que valorize a intervenção destes potenciais agentes de desenvolvimento em todo o território nacional, uma vez que o próprio Centro de Competências também tem essa dimensão e abrangência.

A nível local, obviamente que os nossos canais de divulgação e comunicação estarão ao dispor desta divulgação e estabeleceremos todas as parcerias e/ou medidas que, no âmbito das nossas competências, sejam possíveis com o intuito claro de apoiar, valorizar e acarinhar esta medida que nos parece bastante útil.

MAPUTO RECEBEU O DEBATE AO ALMOÇO - QUALIDADE E COMPETITIVIDADE AGROALIMENTAR

A Associação dos Jovens Agricultores de Portugal em co-parceria com a Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA), organizou um Debate ao Almoço, no âmbito da Qualidade e Competitividade Agroalimentar, enquadrado na campanha Portugal Gourmet e ao abrigo do COMPETE2020.

Maputo foi novamente palco desta iniciativa que gerou uma base de trabalho em torno de diversas matérias, como o caminho dos setores agroalimentar e gastronómico e a internacionalização de empresas, a par das dinâmicas económicas que poderão favorecer as regiões com a fixação de jovens nos territórios, permitindo o desenvolvimento de toda a estrutura agrária do país.

Evocando o papel que Portugal e a AJAP (enquanto difusora e parceira de vários projetos nos PALOP - Países de Língua Oficial Portuguesa) têm em Moçambique, foi levada pelos oradores do evento uma reflexão em torno de diversos fatores macroeconómicos, que influenciam o setor agroalimentar, bem como estratégias de modernização da agricultura.

PARCERIAS PROMISSORAS



Firmino Cordeiro, Diretor Geral da AJAP

Firmino Cordeiro, Diretor Geral da AJAP, voltou a lembrar que estes

eventos que a Associação tem vindo a proporcionar em Moçambique, devem ser aproveitados ao máximo pelos Jovens Agricultores moçambicanos, ainda mais com as parcerias que se têm criado e que conseguirão proporcionar novas oportunidades: *“Os dois protocolos que foram aqui celebrados, quer com a CTA, quer com o Millennium BIM (o maior banco em Moçambique), podem tornar-se bastante úteis para um estímulo à agricultura moçambicana (...) os doadores internacionais, as organizações não governamentais para o desenvolvimento e todos aqueles que colaboram com este país em prol do seu crescimento, querem ver este tipo de parcerias celebradas entre produtores, com a banca, de forma a que também sintam segurança no investimento que estão a executar, e até porque acaba também por ser uma forma de a banca ficar mais disponível para fazer o que até à data não tem sido fácil fazer em Moçambique, que é baixar taxas de juro para o investimento.”*

O protocolo celebrado entre o Millennium BIM e a AJAP protagonizou um dos momentos altos, deste encontro em Maputo, ao assinarem um acordo que pretende apoiar os jovens moçambicanos na criação do seu próprio emprego e negócio, e segundo o Presidente da Comissão Executiva do Millennium BIM, José Reino da Costa, esta

corporação é deveras importante para o seio agrícola do país em causa:



Diretor Geral da AJAP, Firmino Cordeiro e o Presidente da Comissão Executiva do Millennium BIM, José Reino da Costa

“A agricultura é um setor de extrema importância em Moçambique, sendo que uma elevada percentagem de famílias depende do setor (...) dada a importância e o potencial da agricultura no país, a AJAP com a elevada experiência que tem no apoio aos Jovens Agricultores e aos Jovens Empresários, na assistência, na capacitação técnica e na formação, pode ser muito útil, contribuindo para que os jovens moçambicanos possam desenvolver a atividade agrícola, criar os seus projetos, criar pequenas empresas que contribuam para o desenvolvimento agrário.” A captação do investimento, que é indissociável do acesso ao crédito, tem sido um dos pontos críticos em Moçambique, mas *“também aqui a AJAP tem feito um bom trabalho junto da banca portuguesa, que só muito recentemente*

descobriu o potencial de negócio que o setor agroindustrial tem, e com isto significa que a AJAP está já a queimar etapas, e assim a promover esse trabalho aqui em Moçambique”, enalteceu a CEO da Mota-Engil Ambiente e Serviços, Gabriela Ventura.



Gabriela Ventura, CEO da Mota-Engil Ambiente e Serviços

Daniel Dimas, Vice-Presidente da Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA), falou com orgulho e satisfação, relativamente ao protocolo assinado com a AJAP: “Este memorando é muito importante no campo da formação, a fim de capacitar os nossos jovens para assumirem com as ferramentas devidas o negócio da agricultura e do agroalimentar, como uma atividade consistente e sabemos que a AJAP, com a experiência de 36 anos que reúne, será uma valiosa parceira.”



O Vice Presidente da CTA, Daniel Dimas

O PAPEL DA AJAP JUNTO DOS PALOP



O Ministro da Agricultura e Segurança Alimentar de Moçambique, Higino Marrule

O Ministro da Agricultura e Segurança Alimentar de Moçambique, Higino Marrule, felicitou o trabalho da AJAP, assim como frisou a importância da Associação no fornecimento de ferramentas de trabalho: “Temos que aproveitar a experiência que a AJAP tem e adaptar às condições de Moçambique, acreditamos na abordagem que estão a ter e no trabalho desenvolvido com diversas entidades e associações e na capacidade de agregar mais jovens para se tornarem os empresários de amanhã no setor agrário (...) é preciso inculcar nos jovens que o setor é de alto risco, mas há formas de mitigação desse risco, tendo confiança no futuro, estabelecendo contratos que possam ser realmente cumpridos e que sejam atrativos de investimento.”



A mensagem do ex-Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva

“É com muito gosto que a partir de Lisboa me associo à iniciativa da Associação dos Jovens Agricultores de Portugal, de visita a Moçambique, para contribuir para a internacionalização do setor agroalimentar português e

para contribuir para a difusão de boas práticas agrícolas em Moçambique”, palavras de ânimo do ex-Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, que não estando presente no evento, gravou uma mensagem em vídeo de estímulo para a AJAP, onde evidenciou a coragem e os desafios superados pelo povo moçambicano, assim como o apreço pelo país onde também viveu. Moçambique tem vindo a envidar esforços para que haja crescimento económico e social e melhorias das condições de vida, e o ex-governante deu o exemplo agrícola português, que se tornou num padrão apelativo, também com a colaboração dos jovens agricultores: “Portugal passou pelo desafio bem difícil da modernização da agricultura e para isso contou com o apoio decisivo dos Jovens Agricultores portugueses, e hoje o setor agrícola nacional é moderno e consegue competir, e bem, com as outras economias desenvolvidas da União Europeia. Por isso, saúdo com uma força muito particular, esta iniciativa da AJAP, que com esta visita a Moçambique, está a contribuir para o investimento português neste país, e que estou convencido, de que contribuirão para que os agricultores moçambicanos possam usar melhor a sua terra.”



O Diretor Geral da AJAP, Firmino Cordeiro, a Embaixadora de Portugal em Moçambique, Amélia Paiva, e o ex-Vice Primeiro Ministro, Paulo Portas

O impacto que a Associação dos Jovens Agricultores de Portugal tem tido junto dos PALOP, particular-

mente em Moçambique, não tem passado despercebido, sublinhando-se a reciprocidade do seu trabalho, ao implementar diversas oportunidades. “Programas de estágios dirigidos a agricultores moçambicanos, em parceria com a Agência de Desenvolvimento do Vale do Zambeze e com a Cooperativa de Poupança de Crédito dos Produtores do Limpopo (...) estes estágios serão realizados em explorações modelo portuguesas com a duração de até dois meses, visando a aquisição de conhecimentos *in loco* e posterior investimento a realizar em Moçambique pelo Jovem Agricultor moçambicano ou em conjunto com a empresa que será acolhedora do estágio”, disse a Embaixadora de Portugal em Moçambique, Amélia Paiva, que acredita que a cooperação entre os dois países, e particularmente a partir das associações, organizações e cooperativas, poderá ser rentável e dar os devidos frutos.

Sendo o setor agrícola bastante exigente, que funciona num mercado global, a sua importância é inquestionável, aprovendo as exportações, o crescimento económico e consequentemente o PIB e na perspectiva de Gabriela Ventura, CEO da Mota-Engil Ambiente e Serviços, “é um caminho que Moçambique tem todo o interesse em fazer e sobretudo com vantagens comparativas excecionais, tais como as condições edafoclimáticas, lembrando que há um enorme potencial que não se pode desperdiçar.” E quando o tema é a contribuição que a AJAP tem implementado internacionalmente, Gabriela Ventura não poupa elogios:

“A AJAP tem tido um papel que é único, de uma atenção constante, junto dos PALOP, e está a meu ver a atacar os aspetos que são essenciais para promover o desenvolvimento de uma agricultura forte... Em primeiro lugar a assistência técnica, depois a qualificação dos recursos humanos, pois

hoje em dia ninguém sobrevive na agricultura sem qualificação, e aliás, a aprovação do estatuto de Jovem Empresário Rural, luta de há anos da AJAP, mostra bem que o foco é esse, que o agricultor tem que ser cada vez mais profissional, cada vez mais gestor e tem que ser capaz de diversificar a sua atividade.”

PERSPETIVAS FUTURAS PARA MOÇAMBIQUE

As perspetivas futuras para Moçambique são risonhas, e o Ministro da Agricultura, Higinio Marrule, afirma que “o futuro agrícola já começou, no que diz respeito a políticas do governo e de incentivo ao setor agrário, aquilo que é a nossa estratégia de apoio ao setor privado demonstra isso, quem quiser investir em Moçambique no ramo empresarial tem diversos incentivos, contudo há certos requisitos que são necessários cumprir, mas que o Governo existe também para facilitar o processo.” No que respeita a estratégias, Salim Valá, Presidente do Conselho de Administração da Bolsa de Valores de Moçambique, acredita que a inovação e modernização da agricultura é também uma necessidade, no entanto, sublinha que igualmente vital “são os mecanismos de financiamento e os apropriados dispositivos de ligações de mercado.”



Salim Valá, Presidente do Conselho de Administração da Bolsa de Valores de Moçambique

Numa era em que a globalização e a competitividade são as chaves para economias sólidas, sendo “o grande

desafio o desenvolvimento económico e social, que requer a modernização do setor agroalimentar, produzir mais e com maior qualidade, aumentar a produtividade, conseguindo que em cada hectare se produza mais e melhor, para alimentar a população e poder exportar para o exterior os excedentes agrícolas... E isto será possível, pois Moçambique tem a força do trabalho dos moçambicanos”, reforçou o ex-Presidente da República, Cavaco Silva.

O ex-Vice Primeiro Ministro, Paulo Portas, foi também um dos oradores convidados do debate Qualidade e Competitividade Agroalimentar, e apesar de reconhecer que há desafios por superar a fim de tornar a agricultura sustentável, estabeleceu um discurso otimista: “A dimensão de Moçambique, a capacidade de melhorar a produtividade da terra, a necessidade de dar horizontes a uma população muito jovem, e o facto de ter dado um passo decisivo que foi o processo de paz, faz-me acreditar que é um país com futuro e que a agricultura poderá ser um dos pilares de desenvolvimento.”

A satisfação por mais um evento bem-sucedido e pela superação da expectativa, não podia deixar de ser exprimida, nas palavras do Diretor Geral da AJAP: “Em minha opinião foi um sucesso, mas creio que é a mesma opinião partilhada por todos os que estiveram presentes (...) todas as pessoas que saíram daqui, foram com uma enorme satisfação, apesar de ter sido um debate longo, mas compensador pela qualidade dos oradores que deixaram discursos profícuos e bem refletidos, tendo ainda sido reforçada uma palavra crucial, a confiança de que o país tem que passar não só aos investidores nacionais, mas acima de tudo internacionais.”

Veja a galeria completa das fotografias do evento e algumas notícias na página do Facebook da AJAP

AJAP REGRESSA AO RIO DE JANEIRO COM O DEBATE AO ALMOÇO QUALIDADE E COMPETITIVIDADE AGROALIMENTAR E COM A PARTICIPAÇÃO NA SUPER RIO EXPOFOOD

A Associação dos Jovens Agricultores de Portugal em co-parceria com a Câmara de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro, organizou um debate ao almoço, no âmbito da Qualidade e Competitividade Agroalimentar, enquadrado na campanha Portugal Gourmet e ao abrigo do COMPETE2020.

Depois de Moçambique no mês de fevereiro, em março a AJAP rumou ao Brasil, país onde o reconhecimento institucional da Marca Portugal, continua em ascensão. Numa ótica de internacionalização das empresas do setor agrícola e agroalimentar, o debate organizado com co-parceria com a Câmara de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro, objetivou uma análise sobre o fluxo da economia internacional, assente nas oportunidades e nos desafios decorrentes do fenómeno da globalização.

Esta iniciativa enquadrada na Campanha Portugal Gourmet, reuniu diversas personalidades portuguesas e brasileiras, que abordaram os temas em destaque, reforçando a importância das trocas comerciais e da disseminação de parcerias estratégicas. Para dar voz aos assuntos de debate, estiveram presentes os dis-

tintos oradores: Manuel Domingues e Pinho, Presidente da Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro, Jaime Leitão, Cônsul Geral de Portugal no Rio de Janeiro, Kátia Espírito Santo, Diretora do Sindicato de Bebidas do Rio de Janeiro, João Lima, Vogal do Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária (INIAV), Hélder Coimbra, Chefe da Unidade Descentralizada de Vigilância Agropecuária Internacional do Porto do Rio de Janeiro, Filipe Sampaio Rodrigues, Professor Universitário, Nuno Serra, Deputado da Assembleia da República Portuguesa, e Júlio Bueno, ex-Secretário do Desenvolvimento Económico. Foi com uma mensagem gravada em vídeo pelo Ministro Adjunto e da Economia, Pedro Siza Vieira, que se fez a abertura do evento.

A par do debate, os presentes foram ainda contemplados com um almoço “Cozinha do Brasil com Produtos Portugueses”, como reforço simbólico dos laços existentes entre os dois países, ao som da atuação de uma banda carioca.

A AJAP esteve também presente no maior evento do setor alimentar do Brasil, a *Super Rio Expofood*, que teve lugar no Rio de Janeiro nos dias 19, 20 e 21 de março. Com o propósito de difundir, destacar, valorizar e dar a conhecer a qualidade dos produtos tradicionais portugueses produzidos por Jovens Agricultores e Jovens Empresários Rurais, o stand da Associação dos Jovens Agricultores de Portugal, no certame, foi dedicado exclusivamente à promoção de produtos dos setores dos laticínios, transformados de carne e azeite, registando uma positiva afluência e interesse por parte dos visitantes.



O Vogal do Conselho Diretivo do INIAV, João Ribeiro Lima, o Diretor Geral da AJAP, Firmino Cordeiro, o Deputado da Assembleia da República de Portugal, Nuno Serra, o Professor Universitário, Filipe Sampaio Rodrigues.



O Embaixador Jaime Leitão, Cónsul Geral de Portugal no Rio de Janeiro



O Ministro Adjunto e da Economia, Pedro Siza Vieira



O Presidente da Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro, Manuel Domingues e Pinho



A Diretora do Sindicato de Bebidas do Rio de Janeiro, Katia Espírito Santo



O ex-Secretário do Desenvolvimento Económico, Julio Bueno



O Chefe da Unidade Descentralizada de Vigilância Agropecuária Internacional do Porto do Rio de Janeiro, Hélder Coimbra



O Diretor Geral da AJAP, Firmino Cordeiro, o Presidente da ASSERJ, Fábio Queiroz, o Cónsul Geral de Portugal no Rio de Janeiro, Jaime Leitão, o Vogal do Conselho Diretivo do INIAV, João Ribeiro Lima, o Professor Universitário Filipe Sampaio Rodrigues, o Diretor da Agência para o investimento e Comércio Externo de Portugal | São Paulo, Fernando Carvalho





MELHORAR O FUTURO AGRÍCOLA EM MOÇAMBIQUE

Alberto Carreira, Delegado da AJAP em Moçambique

A funcionar quase há um ano, o gabinete da AJAP em Moçambique, localizado na baixa da cidade de Maputo, começa agora a demonstrar algum trabalho técnico e no terreno, após conclusão de todos os trâmites legais para o seu funcionamento. Alberto Carreira, o Delegado responsável por este gabinete, reforça que apesar de ainda estarem no início, *“têm sido fechadas algumas parcerias que serão uma mais valia, como por exemplo o acordo celebrado com o Millennium BIM, no decorrer do Debate Qualidade e Competitividade Agroalimentar, com vista a arranjar soluções financeiras para os jovens.”*

Avançar com um processo construtivo e evolutivo da agricultura moçambicana assente na capacidade, no conhecimento, na vontade de inovar e na resiliência dos jovens é uma missão que a AJAP tem levado a cabo um pouco por toda a República de Moçambique. *“É importante organizarmos estes jovens, darmos-lhes a formação necessária, incitar-lhes o uso das novas tecnologias agrícolas, prepará-los para os mercados e abrir-lhes o caminho para evoluírem e seguramente terem um futuro melhor”*, explica

Alberto Carreira, clarificando que os serviços da Associação pretendem essencialmente apoiar os jovens que se queiram instalar na agricultura, concedendo formação técnica e profissional, clarificando as condições legais, as medidas e os programas de apoio existentes para o exercício agrícola.

Num país com uma das maiores taxas de crescimento demográfico do mundo, em que uma elevada percentagem da população vive da agricultura, o rejuvenescimento do setor é também uma urgência, e Alberto Carreira refere que uma parte do seu papel, relativamente a este assunto, tem sido a intervenção junto de vários dirigentes moçambicanos, sensibilizando-os para a importância das novas gerações, que terão a capacidade de dar continuidade e instigar um crescimento positivo, naquela que é a maior fonte de rendimento local, a agricultura.

“Moçambique não tem a mesma realidade que a Europa no que respeita a programas de apoio e a financiamentos, em Portugal estamos noutra nível completamente diferente de

desenvolvimento agrícola, da própria organização das associações...”, afirma o Delegado da AJAP em Moçambique, que também já exerceu funções em Portugal, mas que apesar das dificuldades existentes, o esforço tem compensado, *“aqui é importante acima de tudo, começarmos a juntar os jovens, e já o começámos a fazer e bem sucedidos, nomeadamente na região do Chókwè e na província de Tete, em que apoiámos a PRODUJ e a criação da Associação de Jovens Agricultores de Tete.”*

Açúcar, banana e tabaco, têm sido as cadeias de valor agrícola com mais investimento em Moçambique, contudo, há muito potencial para outras culturas. A Associação dos Jovens Agricultores de Portugal vai continuar a investir numa estratégia que potencie os polos que melhor funcionam, devolvendo vitalidade às diversas províncias, instigando o empreendedorismo e o investimento, juntamente com um apoio favorável na gestão de negócio (antes e depois da capitalização do projeto), em prol de uma agricultura com futuro.





AMANGOLA – A UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES LOCAIS DE ANGOLA AO SERVIÇO DA COMUNIDADE

Presidente Interino da Comissão Diretiva da AMANGOLA, Mário João

A AMANGOLA – União das Associações Locais de Angola é uma Associação Nacional de direito privado sem fins lucrativos, de promoção e desenvolvimento comunitário. Enquanto Instituição de Utilidade Pública funciona a partir da consolidação de uma rede Nacional de Associações Locais, que por via dos seus associados e munícipes em geral, constitui um importante alicerce do desenvolvimento local, através da realização de ações concretas nas comunidades, com base na trilogia “pensar, conceber e transformar”.

Foi através de uma visita realizada pelos responsáveis desta instituição a Portugal, que se estabeleceu contacto com os dirigentes da AJAP, dando lugar a uma parceria de cooperação e à criação da AJANG – Associação dos Jovens Agricultores de Angola. O Presidente Interino da Comissão Diretiva da AMANGOLA, Mário João, aborda a importância desta parceria, deixando claro que há uma grande expectativa no que respeita à partilha de conhecimento, e particularmente no surgimento de medidas de desenvolvimento e sustentabilidade.

A implementação dos objetivos tem sido bem-sucedida? Os cidadãos angolanos têm tido uma participação/ voz mais ativa?

Quanto aos objetivos na implementação dos programas, temos tido bastante sucesso. As ações mereceram da parte da Sociedade no geral uma grande atenção, bem como da parte do Executivo Angolano, daí a razão pela qual a AMANGOLA ganhou do Executivo o Título de Instituição de Utilidade Pública.

Inserido nos vossos propósitos está a necessidade de rejuvenescer os territórios e províncias do interior do país. Qual o contributo que a AMANGOLA tem providenciado nesse sentido?

A AMANGOLA tem contribuído bastante com a realização de Atos que visam sensibilizar as comunidades locais e o executivo, no sentido de criarem políticas que atraem o desenvolvimento local. O cultivo das terras aráveis que Angola tem pode contribuir para diminuir as necessidades base das populações, e nesse âmbito a AMANGOLA promoveu a criação da AJANG - Associação dos Jovens Agricultores de Angola, para divulgar e promover o potencial Agrícola em varias regiões do país, assim como criar condições da autossustentabilidade, criar emprego para a Juventude, atraindo-os para o regresso ao campo.

Considera que Angola necessita de um programa destinado aos Jovens Agricultores e aos Jovens Empresários Rurais?

Angola precisa de um programa destinado aos Jovens Agricultores, de forma a obter conhecimentos e formação que possam contribuir para o desenvolvimento deste grande setor que é a base fundamental para o desenvolvimento e sustentabilidade do país e das famílias.

Relativamente aos Jovens Empresários Rurais, é importante o apoio a esta classe, tendo em conta a necessidade de diversificação da economia, com base em outros negócios, para promover o autoemprego e o empreendedorismo e proporcionando assim o micro negócio.

A AMANGOLA tem vindo a capacitar os seus membros, associados e sociedade em geral, nas mais diversas matérias, com base nos seus planos anuais de atividades de apoio ao desenvolvimento local, com vista a que as comunidades estejam por dentro dos reais objetivos do executivo, para promover a inclusão social dos cidadãos, muito em parte através do seu programa “Amar o Bairro”, que realiza projetos de âmbito comunitário.

Tendo em conta a vasta experiência da AJAP, quais são as expectativas relativamente à parceria de cooperação estabelecida com a AJANG?

A AMANGOLA rubricou com a sua congénere Portuguesa, AJAP, um protocolo de cooperação, tendo em conta a sua vasta experiência no domínio da agricultura e políticas associadas, que tenham como objetivo o desenvolvimento local e criar bases de sustentabilidade para as famílias, de forma a diminuir a pobreza. Assim sendo, a AMANGOLA tem uma grande expectativa que desta parceria, surjam medidas concretas que ajudem ambas as instituições, obviamente com maior necessidade para nós por sermos ainda novatos em alguns domínios, como os incentivos locais. A AJAP, goza de um estatuto de grande experiência, daí a AMANGOLA ter rubricado o protocolo e promovido a parceria entre a visada e a AJANG.



TODO O ALENTEJO DESTE MUNDO

36 a
OVI
BEJA



24 A 28 DE ABRIL DE 2019

24 **ANTÓNIO ZAMBUJO**
DJ CHRISTIAN F

25 **FERNANDO DANIEL**
MENINOS DA VADIAGEM

26 **MATIAS DAMÁSIO**
DJ WILSON HONRADO

27 **RUI VELOSO**
FESTA M80



ACOS AGRICULTORES
DO SUL



FÓRUNS DE MODERNIZAÇÃO DA

agricultura

**CULTIVE O SEU SUCESSO
COM A NOSSA PRECISÃO.**

Em debate estão os desafios atuais que se impõem à modernização da agricultura e a partilha de ferramentas inovadoras e soluções de apoio para uma resposta à altura.

CICLO DE SESSÕES

MAIO - JUNHO, 2019

Fundão | Beira Baixa - **8 de Maio de 2019**

Paderne | Algarve - **15 de Maio de 2019**

Beja | Baixo Alentejo - **28 de Maio de 2019**

Mangualde | Vale do Dão - **4 de Junho de 2019**

JUNTOS GERAMOS MAIS VALOR.

Participe. Inscreva-se em:

**www.agronegocios.eu
[/forunsagricultura](https://forunsagricultura)**

SIGA-NOS



Organização e Parceiros:

AGRO
negocios.eu

AGROINSIDER

AJAP
Associação dos Jovens Agricultores de Portugal

 **CA**

Crédito Agrícola

O Banco nacional
com pronúncia local

Desde 1911